**1º (PRIMEIRO) ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA FRANCISCO SÁ II GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.**

Pelo presente instrumento particular,

**FRANCISCO SÁ II GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de Francisco Sá, Estado de Minas Gerais, na Rodovia MG 122, KM 110, Fazenda Caititu, Bairro/Distrito Francisco Sá, CEP 39580-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (“CNPJ/ME”) sob o n.º 29.970.323/0001-90 e na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (“JUCEMG”) sob o NIRE n.º 31300129551, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento (“Emissora”), e na qualidade de sucessora em direitos e obrigações por incorporação de **(a)** BRASÍLIA DE MINAS CAMPO LINDO GERAÇÃO DE ENERGIA SOLAR LTDA., sociedade empresária de responsabilidade limitada, com sede na cidade de Brasília de Minas, Estado de Minas Gerais, na Fazenda Sucuriu, s/n, saída da Fernão Dias KM 09 e 10 Fazenda Campo Lindo, bairro/distrito Área Rural, CEP 39.330-000, inscrita no CNPJ/ME sob o n.º 33.108.098/0001-54 e na JUCEMG sob o NIRE n.º 31.211.302.371 (“SPE I”); **(b)** JANAÚBA FLORESTA GERAÇÃO DE ENERGIA SOLAR LTDA., sociedade empresária de responsabilidade limitada, com sede na Cidade de Janaúba, Estado de Minas Gerais, na Rodovia MG 451, KM 7, Estrada da Floresta, CEP 39.440-000, inscrita no CNPJ/ME sob o n.º 29.817.256/0001-78 e na JUCEMG sob o NIRE n.º 31.211.02447-9 (“SPE II”); e **(c)** PAMPULHA GERAÇÃO DE ENERGIA SOLAR LTDA., sociedade empresária de responsabilidade limitada, com sede na Cidade de Francisco Sá, Estado de Minas Gerais, na Rodovia BR 122, KM 221, Bairro Francisco Sá, CEP 39.580-000, inscrita no CNPJ/ME sob o n.º 29.719.282/0001-63 e na JUCEMG sob o NIRE n.º 31.211.015.151 (“SPE III”, e em conjunto com SPE I e SPE II, as “SPEs”);

**OLIVEIRA TRUST DTVM S.A.**, instituição financeira autorizada a exercer as funções de agente fiduciário pelo Banco Central do Brasil, com domicílio da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, n.º 1052, 13º andar, CEP 04534-004, inscrita no CNPJ/ME sob o n.º 36.113.876/0004-34, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento (“Agente Fiduciário”), representando a comunhão dos titulares das debêntures desta emissão (“Debenturistas” e, individualmente, “Debenturista”);

**EBES SISTEMAS de ENERGIA S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Avenida Alexander Graham Bell, n.º 200, Bloco D, Módulos D. 03 e 04, Condomínio Empresarial Techno Park, CEP 13069-310, inscrita no CNPJ/ME sob o n.º 12.194.903/0001-30 e na JUCESP sob o NIRE n.º 35.300.392.434, e também na qualidade de sucessora em direitos e obrigações por incorporação de EBES ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA., sociedade limitada, com sede na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Avenida Alexander Graham Bell, n.º 200, Bloco D, Módulos D. 03 e 04, Condomínio Empresarial Techno Park, CEP 13069-310, inscrita no CNPJ/ME sob o n.º 28.654.082/0001-07 e na JUCESP sob o NIRE n.º 35.231.289.943 (“Ebes”); e

**FINCO ASSESSORIA FINANCEIRA EIRELI**, empresa individual de responsabilidade limitada, com sede na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Avenida Alexander Graham Bell, n.º 200, Bloco D, Módulos D. 03 e 04, Condomínio Empresarial Techno Park, CEP 13069-310, inscrita no CNPJ/ME sob o n.º 18.243.834/0001-93 e na JUCESP sob o NIRE n.º 35.602.110.911, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento (“Finco”);

sendo a Emissora, o Agente Fiduciário, a Acionista e a Finco designados, em conjunto, como “Partes” e, individual e indistintamente, como “Parte”,

**CONSIDERANDO QUE**:

1. As Partes celebraram, em 20 de fevereiro de 2020, o Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Francisco Sá II Geração de Energia S.A. (“Escritura de Emissão”), o qual foi devidamente arquivado na JUCEMG em 23 de março de 2020 sob o nº 7781449, bem como registrado (i) no 3º Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da comarca de São Paulo, estado de São Paulo; (ii) no 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da cidade de Campinas, estado de São Paulo; (iii) no Ofício de Registros de Títulos e Documentos da comarca de Francisco Sá, estado de Minas Gerais; (iv) no Cartório de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas da comarca de Janaúba, estado de Minas Gerais ; e (v) no Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas da comarca de Brasília de Minas, estado de Minas Gerais (em conjunto, “Cartórios RTD”), para reger os termos e condições da distribuição pública, com esforços restritos, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, da 1ª (primeira) emissão da Emissora (“Debêntures”, “Emissão” e “Oferta”, respectivamente);
2. Conforme previsão sob a Escritura de Emissão sob a Cláusula 6.1.1(c), foi operada a incorporação das SPEs pela Emissora, que sucede as SPEs em todos os direitos e obrigações sob a Escritura de Emissão, nos termos do Protocolo e Justificativa de Incorporação datado de 31 de maio de 2020 e arquivado na JUCEMG sob o º 7981435 (“Incorporação SPEs”);
3. Mediante aprovação expressa dos Debenturistas formalizada por meio de carta datada de 19 de outubro de 2020, foi operada a incorporação da Ebes pela Acionista, que sucede a Ebes em todos os direitos e obrigações sob a Escritura de Emissão, nos termos do Protocolo e Justificativa de Incorporação datado de 30 de novembro de 2020 e arquivado na JUCESP sob o nº 100.280/21-3 (“Incorporação Ebes”);
4. O atual único Debenturista GREEN FIDC SOLAR GD – FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS SOCIOAMBIENTAL – ENERGIA SOLAR deseja adquirir direitos creditórios de titularidade da Emissora acompanhado de determinadas garantias ora constituídas nas Debêntures (a “Operação”), o que foi devidamente aprovado nos termos (i) da Ata de Reunião do Conselho de Administração da Acionista, realizada em 22 de março de 2021, (ii) do Instrumento de Decisão de Titular da Finco, realizada em 22 de março de 2021, únicas titulares da integralidade do capital social da Emissora, e (iii) da Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 20 de abril de 2021, tudo conforme o previsto sob o regulamento do Debenturista, o que demanda a liberação e desconstituição destas garantias sob a Escritura de Emissão; e
5. As Partes desejam aditar a Escritura de Emissão para refletir as considerações acima,

vêm por esta e em regular forma de direito firmar o presente “1º (Primeiro) Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Francisco Sá II Geração de Energia S.A.” (“Aditamento”), mediante as cláusulas abaixo estabelecidas:

1. **DEFINIÇÕES**
   1. Os termos iniciados em letra maiúscula e não expressamente definidos neste Aditamento terão o significado que lhes tiver sido atribuído na Escritura de Emissão.
2. **REQUISITOS**
   1. Este Aditamento deverá ser averbado na JUCEMG, conforme disposto no artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, devendo o protocolo ocorrer em até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de assinatura da presente Escritura de Emissão. A Emissora entregará ao Agente Fiduciário 1 (uma) cópia digital deste aditamento arquivado na JUCEMG em até 5 (cinco) Dias Úteis após a averbação, a qual poderá ter sua autenticidade verificada diretamente do website da JUCEMG.
   2. Este Aditamento deverá ser protocolado, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de assinatura, perante os Cartórios RTD. A Emissora entregará ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original deste Aditamento em até 10 (dez) Dias Úteis após o respectivo registro.
3. **DA INCORPORAÇÃO DAS SPES PELA EMISSORA**
   1. Em razão da Incorporação SPEs, as Partes acordam que todas as referências às SPEs contidas na Escritura de Emissão deverão ser interpretadas como referência à Emissora, tendo em vista a assunção da Emissora de todos os direitos e obrigações das SPEs, exceto pelas obrigações descritas sob a Cláusula 6.2 da Escritura de Emissão que será removida por conterem obrigações das SPEs antes da Incorporação SPE.
4. **DA INCORPORAÇÃO DA EBES PELA ACIONISTA**
   1. Em razão da Incorporação Ebes, as Partes acordam que todas as referências à Ebes contidas na Escritura de Emissão deverão ser interpretadas como referência à Acionista, tendo em vista a assunção da Acionista de todos os direitos e obrigações da Ebes, exceto por aquelas que descreverem o histórico da operação de emissão.
5. **DAS GARANTIAS**
   1. Conforme devidamente aprovado pelos Debenturistas, fica estabelecida a desconstituição das Garantias Reais, assim definidas sob a Escritura de Emissão, e sua consequente remoção da Escritura de Emissão, incluindo quaisquer obrigações a elas vinculadas, incluindo, sem limitações, a exclusão de obrigações referentes aos Contratos de Garantia, Conta Vinculada, Conta Reserva e demais disposições neste escopo, alterando-se a espécie das Debêntures para **quirografária**.
6. **DAS ALTERAÇÕES**
   1. Em razão das reformas aprovadas e acordadas nos termos das Cláusulas 3, 4 e 5 acima, ficam alteradas as seguintes Cláusulas, Itens, e Subitens da Escritura de Emissão, que são aqui aditadas e passam a viger nos termos da consolidação da Escritura de Emissão anexa: 1.1; 1.2; 2.1; 2.3; 2.6; 3.1; 3.6; 3.8; 4.1; 4.17; 4.18; 5.1; 5.2; 6.1; 6.3; 7.1; 7.3; 9.1; 10.1; e 10.6.
   2. Em decorrência do acima estabelecido, são excluídas as seguintes Cláusulas, Itens e Subitens da Escritura de Emissão: 1.2.1; 2.6.2.; 2.6.3; 2.6.3.1; 3.1.2; 3.1.5.; 4.16 e itens e subitens; 4.19 e itens e subitens; 5.1.1(x); 5.2.1(p); 5.2.1(q); 6.1.1(c); 6.1.1(gg); 6.2 e itens e subitens; 9.1(g); 9.1(j); e 9.1(k); renumerando-se demais Cláusulas, Itens e Subitens.
   3. Por fim, em razão das alterações ora promovidas, as Partes decidem alterar o nome da Escritura de Emissão, que passa a vigorar com a seguinte nova redação:

**“INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA FRANCISCO SÁ II GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.”**

1. **RATIFICAÇÃO**
   1. Todas as demais cláusulas da Escritura de Emissão não expressamente modificadas sob este Aditamento permanecem válidas, inalteradas e em pleno vigor, passando a Escritura de Emissão, refletindo as alterações objeto deste Aditamento, a vigorar conforme a consolidação sob o Anexo I deste Aditamento.
2. **DISPOSIÇÕES GERAIS**
   1. Este Aditamento é firmado em caráter irrevogável e irretratável.
   2. A invalidade ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas deste Aditamento não afetará as demais, que permanecerão válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidade ou nulidade de qualquer cláusula deste Aditamento, as partes se obrigam a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, neste Aditamento, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.
   3. Este Aditamento é regido pelas Leis da República Federativa do Brasil. Fica eleito o foro da capital do estado de São Paulo para dirimir as questões oriundas do presente Aditamento e da presente emissão, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado.

Estando assim, as Partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 8 (oito)vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 20 de abril de 2021.

*[restante da página intencionalmente deixado em branco]*

*(Página de Assinatura do 1º (Primeiro) Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Francisco Sá II Geração de Energia S.A.)*

**FRANCISCO SÁ II GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.**

|  |
| --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |
| Nome: |
| Cargo: |

*(Página de Assinatura do 1º (Primeiro) Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Francisco Sá II Geração de Energia S.A.)*

**OLIVEIRA TRUST DTVM S.A.**

|  |  |
| --- | --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |
| Nome: | Nome: |
| Cargo: | Cargo: |

*(Página de Assinatura do 1º (Primeiro) Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Francisco Sá II Geração de Energia S.A.)*

**EBES SISTEMAs de ENERGIA S.A.**

|  |  |
| --- | --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |
| Nome: | Nome: |
| Cargo: | Cargo: |

*(Página de Assinatura do 1º (Primeiro) Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Francisco Sá II Geração de Energia S.A.)*

**FINCO ASSESSORIA FINANCEIRA EIRELI**

|  |
| --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |
| Nome: |
| Cargo: |

|  |  |
| --- | --- |
| Testemunhas: |  |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |
| Nome:  RG: CPF: | Nome:  RG: CPF: |
|  |  |

**ANEXO I**

Escritura de Emissão Consolidada

**INSTRUMENTO Particular de Escritura da 1ª (PRIMEIRA) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie COM GARANTIA REAL, com garantia adicional fidejussória, em SÉRIE Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, DA FRANCISCO SÁ II GeraÇÃo De Energia S.A.**

Pelo presente instrumento,

**FRANCISCO SÁ II GeraÇÃo De Energia S.A.**,sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de Francisco Sá, Estado de Minas Gerais, na Rodovia MG 122, KM 110, Fazenda Caititu, Bairro/Distrito Francisco Sá, CEP 39580-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (“CNPJ/ME”) sob o n.º 29.970.323/0001-90 e na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (“JUCEMG”) sob o NIRE n.º 31300129551, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento (“Emissora”);

**OLIVEIRA TRUST DTVM S.A.**, instituição financeira autorizada a exercer as funções de agente fiduciário pelo Banco Central do Brasil, com domicílio da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, n.º 1052, 13º andar, CEP 04534-004, inscrita no CNPJ/ME sob o n.º 36.113.876/0004-34, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento (“Agente Fiduciário”), representando a comunhão dos titulares das debêntures desta emissão (“Debenturistas” e, individualmente, “Debenturista”);

**EBES SISTEMAs de ENERGIA S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Avenida Alexander Graham Bell, n.º 200, Bloco D, Módulos D. 03 e 04, Condomínio Empresarial Techno Park, CEP 13069-310, inscrita no CNPJ/ME sob o n.º 12.194.903/0001-30 e na JUCESP sob o NIRE n.º 35.300.392.434, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento (“Acionista”); e

**FINCO ASSESSORIA FINANCEIRA EIRELI**, empresa individual de responsabilidade limitada, com sede na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Avenida Alexander Graham Bell, n.º 200, Bloco D, Módulos D. 03 e 04, Condomínio Empresarial Techno Park, CEP 13069-310, inscrita no CNPJ/ME sob o n.º 18.243.834/0001-93 e na JUCESP sob o NIRE n.º 35.602.110.911, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento (“Finco” e, em conjunto com a Acionista, “Fiadores”).

sendo a Emissora, o Agente Fiduciário, a Acionista e a Finco designados, em conjunto, como “Partes” e, individual e indistintamente, como “Parte*”*;

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente “Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Francisco Sá II Geração de Energia S.A.” (“Escritura de Emissão”), mediante as cláusulas e condições a seguir.

Para os fins desta Escritura de Emissão, considera-se “Dia(s) Útil(eis)” qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

1. **CLÁUSULA I – AUTORIZAÇÕES**
   1. **Autorização da Emissão pela Emissora**
      1. A presente Escritura de Emissão é firmada com base nas deliberações da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 12 de fevereiro de 2020, que será devidamente registrada na JUCEMG (“AGE da Emissora”), na qual foram deliberadas: (a) a aprovação da Emissão e da Oferta Restrita (conforme definidos na Cláusula II abaixo), bem como seus termos e condições; e (b) a autorização à Diretoria da Emissora para discutir, negociar e definir os termos e condições finais das Debêntures, para celebrar todos os documentos e praticar todos os atos necessários à efetivação da Oferta Restrita e à Emissão das Debêntures, inclusive esta Escritura de Emissão, o Contrato de Distribuição (conforme definido na Cláusula 3.6.1 abaixo), bem como para contratar os prestadores de serviços da Oferta Restrita.
   2. **Autorização da Constituição da Fiança pelos Fiadores** 
      1. Com base nas deliberações tomadas na Reunião do Conselho de Administração (“RCA”) da Acionista realizada em 12 de fevereiro de 2020, cuja ata será devidamente arquivada na JUCESP (“RCA da Acionista”), que aprovou: (i) a Fiança (conforme definida na Cláusula 4.16.1 abaixo) e (ii) a autorização para seus respectivos representantes legais adotarem todos e quaisquer atos relacionados à efetivação das deliberações da RCA da Acionista, incluindo a celebração de quaisquer documentos necessários à formalização da Emissão, especialmente à celebração desta Escritura de Emissão; e
      2. Com base na decisão de titular da Finco realizada em 12 de fevereiro de 2020, cuja ata será devidamente arquivada na JUCESP (“Decisão da Finco”), que aprovou (i) a Fiança (conforme definida na Cláusula 4.16.1 abaixo); e (ii) a autorização para seus representantes legais adotarem todos e quaisquer atos relacionados à efetivação das deliberações da Decisão da Finco, incluindo a celebração de quaisquer documentos necessários à formalização da Emissão, especialmente à celebração desta Escritura de Emissão.
2. **CLÁUSULA II - REQUISITOS**
   1. A 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única (“Emissão” e “Debêntures”, respectivamente), para distribuição pública com esforços restritos, da Emissora, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 476”), das demais disposições legais aplicáveis e desta Escritura de Emissão (“Oferta Restrita”), deverá observar os seguintes requisitos:
   2. **Arquivamento na Junta Comercial e Publicação dos Atos Societários da Emissora**
      1. A ata da AGE da Emissora que deliberou e autorizou a Emissão será arquivada na JUCEMG e publicada (ii) no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais (“DOEMG”); e (ii) no jornal “O Tempo” (quando em conjunto com DOEMG, “Jornais de Publicação”).
   3. **Arquivamento na Junta Comercial e Publicação dos Atos Societários dos Fiadores**
      1. A ata da RCA da Acionista será arquivada na JUCESP e publicada (i) no Diário Oficial do Estado de São Paulo (“DOESP”); e (ii) no jornal “O Dia”.
      2. A ata da Decisão da Finco será arquivada na JUCESP.
   4. **Inscrição da Escritura de Emissão e averbamento de seus eventuais aditamentos na Junta Comercial**
      1. Esta Escritura de Emissão será inscrita e seus eventuais aditamentos serão averbados na JUCEMG, conforme disposto no artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, devendo o protocolo ocorrer em até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de assinatura da presente Escritura de Emissão. A Emissora entregará ao Agente Fiduciário 1 (uma) cópia digital desta Escritura de Emissão e de eventuais aditamentos arquivados na JUCEMG em até 5 (cinco) Dias Úteis após a respectiva inscrição ou a respectiva averbação, a qual poderá ter sua autenticidade verificada diretamente do website da JUCEMG.
   5. **Dispensa de Registro na CVM e Registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais**
      1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição nos termos da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição de que trata o artigo 19 da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.
      2. Nos termos do Capítulo VIII do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Ofertas Públicas” (“Código ANBIMA”), a Oferta Restrita deverá ser registrada na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”), mediante envio da documentação descrita no artigo 18, inciso V, do Código ANBIMA, no prazo de até 15 (quinze) dias contados do envio da comunicação de encerramento da Oferta Restrita a ser enviada à CVM pela instituição intermediária líder da Emissão Coordenador Líder (conforme abaixo definido), nos termos do artigo 8º da Instrução CVM 476.
   6. **Registro das Garantias**
      1. Nos termos do artigo 129 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada (“Lei de Registros Públicos”), em razão das Fianças, conforme adiante definidas, a Emissora deverá protocolar esta Escritura de Emissão ou seu eventual aditamento, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis  contados da respectiva data de assinatura, perante o Cartório de Registro de Títulos e Documentos da comarca de cada uma das Partes. A Emissora entregará ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão e de eventual aditamento em até 10 (dez) Dias Úteis após o respectivo registro.
      2. Todas as formalidades necessárias à constituição das Fianças (conforme abaixo definido) serão realizadas até a Data de Subscrição (conforme abaixo definido).
   7. **Depósito para Distribuição e Negociação**
      1. As Debêntures serão depositadas para:
3. distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Segmento CETIP UTVM (“B3”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e
4. negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3.
   * 1. Não obstante o descrito na Cláusula 2.7.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme definido na Cláusula 3.6.4, item (b) abaixo) nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias da data de cada subscrição ou aquisição pelo investidor profissional, conforme disposto nos artigos 13 da Instrução CVM 476, e depois de observado o cumprimento pela Emissora do artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.
     2. O prazo de 90 (noventa) dias para restrição de negociação das Debêntures referido na cláusula 2.7.2 acima não será aplicável ao Coordenador Líder (conforme abaixo definido), com relação às Debêntures que tenham sido subscritas e integralizadas pelo Coordenador Líder em razão do exercício da garantia firme de colocação, nos termos do Contrato de Distribuição (conforme abaixo definido), conforme previsto no inciso II do artigo 13 da Instrução CVM 476, desde que sejam observadas as seguintes condições: (i) na negociação subsequente, o adquirente das Debêntures observe o prazo de 90 (noventa) dias de restrição de negociação, contado da data do exercício da garantia firme pelo Coordenador Líder, bem como os limites e condições previstos nos artigos 2º e 3º da Instrução CVM 476; e (ii) a negociação das Debêntures deve ser realizada nas mesmas condições aplicáveis à Oferta Restrita, podendo o valor de transferência das Debêntures ser o Valor Nominal Unitário (conforme abaixo definido) ou um valor correspondente ao Valor Nominal Unitário acrescido dos Juros Remuneratórios (conforme abaixo definida), calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Subscrição (conforme abaixo definida) até a data de sua efetiva aquisição.
5. **CLÁUSULA III - OBJETO SOCIAL DA EMISSORA E CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO**
   1. **Objeto Social da Emissora, da Acionista e da Finco**
      1. A Emissora tem por objeto social desenvolver estudos, projetar, implantar, operar e explorar usinas de geração de energia elétrica oriunda de fonte solar ou outras fontes de energia renovável, bem como desenvolver atividades direta ou reflexamente relacionadas a consecução de tais atividades de geração e comercialização da energia elétrica, incluindo a comercialização, arrendamento, aluguel ou qualquer outra forma de disponibilização de ativos de geração de energia, incluindo, mas não se limitando a equipamentos de geração de energia solar, a estruturação e participação em projetos de geração de energia distribuída relacionado ao sistema de compensação de energia da agência nacional de energia elétrica ANEEL, participar de projetos relacionados ao objeto social da sociedade, na forma de consórcios, condomínios ou cooperativas ou outra estrutura jurídica que não detenha personalidade jurídica própria, a prestação de serviços de eficiência e soluções energéticas através da elaboração de estudos e execução de projetos, gestão energética e de utilidades nas suas mais variadas formas, incluindo o suprimento energético e a prestação de serviços correlatos, bem como a participação no capital social de outras sociedades, como sócia ou acionista.
      2. A Acionista tem por objeto social (a) a prestação de serviços e consultoria em soluções energéticas relativas à geração, comercialização, transmissão e demais negócios envolvendo energias renováveis e eficiência energética; (b) a prestação de serviços de engenharia, incluindo, mas não se limitando à elaboração de planos diretores, projetos básicos e projetos executivos, logística, desenvolvimento de estudos de viabilidade e projetos relacionados à geração de energia em todas as suas formas e seus sistemas, bem como a sua implantação, instalação, gerenciamento, operação, manutenção e exploração; (c) a fabricação, importação, exportação, comercialização, fornecimento, distribuição, instalação e manutenção de peças e equipamentos para a geração, transmissão e distribuição de energia; (d) a comercialização, arrendamento, aluguel ou qualquer outra forma de disponibilização de ativos de geração de energia, incluindo, mas não se limitando a equipamentos de geração de energia solar; (e) a estruturação e participação em projetos de geração de energia distribuída relacionado ao Sistema de Compensação de Energia da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL; (f) a geração e comercialização de energia elétrica em todas as suas formas; (g) a participação no capital social de outras sociedades; (h) participar de projetos relacionados ao objeto social da Acionista, na forma de consórcios, condomínios ou cooperativas e/ou outra estrutura jurídica que não detenha personalidade jurídica própria; (i) a prestação de serviços de eficiência e soluções energéticas através da elaboração de estudos e a execução de projetos; (j) gestão energética e de utilidades nas suas mais variadas formas, incluindo o suprimento energético e a prestação de serviços correlatos; e (k) prestar serviços de automação e medição para otimização energética e controle de processos.
      3. A Finco tem por objeto social: (a) a prestação de serviços de assessoria financeira para financiamento de projetos de geração de energia através de fontes renováveis e eficiência energética; (b) a prestação de serviços de consultoria em geral em projetos de geração de energia através de fontes renováveis e eficiência energética; e (c) a participação no capital social de outras sociedades e/ou em projetos relacionados ao objeto social da Finco, como sócio ou acionista.
   2. **Número da Emissão**
      1. A presente Emissão constitui a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.
   3. **Data de Emissão**
      1. Para todos os fins e efeitos, a data de emissão das Debêntures é o dia 09 de março de 2020 (“Data de Emissão”).
   4. **Número de Séries**
      1. A Emissão será realizada em série única.
   5. **Valor Total da Emissão**
      1. O valor total da Emissão será de R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão (“Valor Total da Emissão”).
   6. **Colocação e Procedimento de Distribuição**
      1. As Debêntures serão objeto da Oferta Restrita, a qual será realizada sob regime de garantia firme integral de colocação para o montante de R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) no âmbito das Debêntures oferecido por instituição intermediária líder (“Coordenador Líder”), nos termos do “*Contrato de Distribuição Pública, com Esforços Restritos, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, em Regime de Garantia Firme de Colocação, das Debêntures da 1ª (primeira) Emissão da Francisco Sá II Geração de Energia S.A.*”, celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder (“Contrato de Distribuição”).
      2. Observada a garantia firme prestada pelo Coordenador Líder nos termos do Contrato de Distribuição, não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta Restrita.
      3. O plano de distribuição das Debêntures seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme previsto no Contrato de Distribuição. Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Profissionais (conforme definido na Cláusula 3.6.4, item (a) abaixo), sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Profissionais, em conformidade com o artigo 3º da Instrução CVM 476, sendo certo que fundos de investimento e carteiras administradas de valores mobiliários cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites acima.
         1. O Coordenador Líder organizará a colocação das Debêntures perante os Investidores Profissionais (conforme abaixo definido) interessados, podendo levar em conta suas relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica.
      4. Nos termos da Instrução da CVM n.º 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada, inclusive pela Instrução da CVM no 554, de 17 de dezembro de 2014 (“Instrução CVM 539” e “Instrução CVM 554”, respectivamente), e para fins da Oferta Restrita, serão considerados:
6. “Investidores Profissionais”: (i) instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R$10.000.000,00 (dez milhões de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor profissional mediante termo próprio, de acordo com o Anexo 9-A da Instrução CVM 539; (v) fundos de investimento; (vi) clubes de investimento, desde que tenham a carteira gerida por administrador de carteira de valores mobiliários autorizado pela CVM; (vii) agentes autônomos de investimento, administradores de carteira, analistas e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (viii) investidores não residentes; e
7. “Investidores Qualificados”: (i) Investidores Profissionais; (ii) pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R$1.000.000,00 (um milhão de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio, de acordo com o Anexo 9-B da Instrução CVM 539; (iii) as pessoas naturais que tenham sido aprovadas em exames de qualificação técnica ou possuam certificações aprovadas pela CVM como requisitos para o registro de agentes autônomos de investimento, administradores de carteira, analistas e consultores de valores mobiliários, em relação a seus recursos próprios; e (iv) clubes de investimento, desde que tenham a carteira gerida por um ou mais cotistas, que sejam investidores qualificados.
   * + 1. Os regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios são considerados Investidores Profissionais ou Investidores Qualificados apenas se reconhecidos como tais conforme regulamentação específica do Ministério da Previdência Social.
     1. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Profissional assinará declaração atestando, nos termos do artigo 7º da Instrução CVM 476, a respectiva condição de Investidor Profissional e de que está ciente e declara, entre outros, que: (a) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; (b) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas na Instrução CVM 476 e nesta Escritura de Emissão; e (c) efetuou sua própria análise com relação à capacidade de pagamento da Emissora e sobre a constituição, suficiência e exequibilidade das Garantias (conforme definido abaixo).
     2. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Profissionais interessados em adquirir as Debêntures.
     3. Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pela atual acionista da Emissora.
     4. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos da B3 e com o plano de distribuição descrito no Contrato de Distribuição e nesta Escritura de Emissão.
     5. O Coordenador Líder, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizará plano de distribuição nos termos da Instrução CVM 476 e do Contrato de Distribuição.
     6. A Emissora obriga-se a: (a) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta Restrita a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder; e (b) informar ao Coordenador Líder, até o Dia Útil imediatamente subsequente, a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta Restrita, comprometendo-se desde já a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais investidores neste período.
   1. **Agente de Liquidação e Escrituradora**
      1. A Agente de Liquidação e a escrituradora da presente Emissão é a Oliveira Trust DTVM S.A., instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. das Américas, 3.434, Bloco 7, sala 201, Barra da Tijuca, CEP 22.640-102, inscrita no CNPJ sob nº 36.113.876/0001-91 (“Agente de Liquidação e Escrituradora”), cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder a Agente de Liquidação e Escrituradora na prestação dos serviços relativos às Debêntures). A Agente de Liquidação e Escrituradora será responsável por realizar a escrituração das Debêntures entre outras responsabilidades definidas nas normas editadas pela B3. A Agente de Liquidação e Escrituradora poderá ser substituída a qualquer tempo, mediante aprovação dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula VIII abaixo.
      2. Na hipótese de a Agente de Liquidação e Escrituradora não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, inclusive no caso de rescisão unilateral pela Agente de Liquidação e Escrituradora e/ou caso perca sua condição de prestador de serviço de banco liquidante e escriturador, a Agente de Liquidação e Escrituradora deverá comunicar imediatamente o fato à Emissora e ao Agente Fiduciário que deverá convocar uma Assembleia Geral de Debenturistas, solicitando sua substituição.
   2. **Destinação dos Recursos**
      1. Os recursos líquidos captados pela Emissora por meio da Emissão serão utilizados exclusivamente para (i) a integral quitação e liquidação do saldo devedor das obrigações da Emissora previstas na (a) cédula de crédito bancário nº 000118090014100, emitida pela Emissora a favor do Itaú Unibanco S.A., em 03 de outubro de 2018, incluindo o valor histórico do limite de crédito do principal no valor de R$15.600.000,00 (quinze milhões e seiscentos mil reais), e (b) cédula de crédito bancário nº 27811861, emitida pela Emissora a favor do Itaú Unibanco S.A., em 12 de novembro de 2019, incluindo o valor histórico emprestado de R$35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais) (“CCBs”); e (ii) a realização de investimentos necessários à implantação de usinas de geração fotovoltaica de propriedade da Emissora, observada (a) a capacidade instalada que será de até 19,835 MWp; e (b) a expectativa de que tais investimentos sejam de até R$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais) (“Projetos”).

1. **CLÁUSULA IV - CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES** 
   1. **Características Básicas**
      1. Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures será de R$10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão (“Valor Nominal Unitário”).
      2. Conversibilidade, Tipo e Forma: As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora. As Debêntures serão escriturais e nominativas, sem emissão de cautelas ou certificados.
      3. Espécie: As Debêntures serão da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória.
      4. Prazo e Forma de Subscrição e Integralização: As Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, durante o prazo de distribuição das Debêntures na forma os artigos 7º-A e 8º da Instrução CVM 476, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à B3, pelo Valor Nominal Unitário, sendo considerada “Data de Subscrição”, para fins da presente Escritura de Emissão, a data da primeira subscrição e integralização das Debêntures. Caso ocorra a subscrição e integralização das Debêntures em mais de uma data, o preço de subscrição para as Debêntures que foram integralizadas após a Data de Subscrição será o seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Subscrição até a data de sua efetiva integralização.
      5. Quantidade de Debêntures: Serão emitidas 5.000 (cinco mil) Debêntures (“Debêntures”)
      6. Prazos e Datas de Vencimento: As Debêntures terão prazo de vigência de 7 (sete) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 09 de março de 2027 (“Data de Vencimento”), ressalvadas as hipóteses de Resgate Antecipado Facultativo da totalidade das Debêntures, Oferta de Resgate Antecipado com o consequente cancelamento da totalidade das Debêntures e as hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures, conforme abaixo definidos.
   2. **Atualização Monetária e Juros Remuneratórios**

Não haverá atualização monetária do Valor Nominal Unitário das Debêntures.

* + 1. Juros Remuneratórios:
       1. A partir da Data de Subscrição, as Debêntures farão jus a juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - depósitos interfinanceiros de 1 (um) dia, denominadas “Taxa DI”, over extragrupo, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, no informativo diário disponível em sua página da Internet (http://www.b3.com.br) (“Taxa DI”), acrescida exponencialemente de um spread ou sobretaxa de 4,50 % (quatro inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“Juros Remuneratórios”). Os Juros Remuneratórios serão calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, apurado em conformidade com esta Escritura de Emissão, desde a Data de Subscrição ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios (conforme abaixo definido) imediatamente anterior, o que ocorrer por último, até a data do seu efetivo pagamento.

4.2.1.2 Observada a Capitalização do Valor Nominal Unitário das Debêntures (abaixo definida), os Juros Remuneratórios serão incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, e incorporados e/ou pagos, conforme aplicável, ao final de cada Período de Capitalização (conforme abaixo definido), de acordo com a fórmula abaixo:

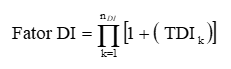


onde:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| J | = | valor unitário dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento; |
| VNe | = | Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento; |
| FatorJuros | = | fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread* calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma: |

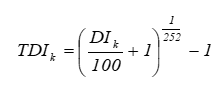
**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| FatorDI | = | produtório das Taxas DI-Over, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma: |

******

*onde:*

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| *k* | *=* | número de ordem das Taxas DI-Over, variando de 1 (um) até nDI; |
| *nDI* | *=* | número total de Taxas DI-Over, sendo “nDI” um número inteiro; |
| *TDIk* | *=* | Taxa DI-Over, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma: |

**

*onde:*

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| *K* | *=* | 1, 2, ..., n; |
| *DIk* | *=* | Taxa DI-Over, de ordem k, divulgada pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, utilizada com 2 (duas) casas decimais |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| *FatorSpread* | *=* | sobretaxa de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma: |



*onde:*

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| *Spread* | *=* | 4,5; |
| *DP* | *=* | número de Dias Úteis entre a Data de Subscrição ou Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior e a data de cálculo, sendo “DP” um número inteiro; |

4.2.1.3 O cálculo dos Juros Remuneratórios acima está sujeito às seguintes observações:

(i) o fator resultante da expressão ** é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento;

(ii) efetua-se o produtório dos fatores diários **, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;

(iii) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;

(iv) o fator resultante da expressão (FatorDI x FatorSpread) é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento; e

(v) a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

* + 1. Período de Capitalização e Capitalização de Juros Remuneratórios:
       1. Define-se “Período de Capitalização” como sendo o intervalo de tempo que se inicia (i) na Data de Subscrição (inclusive) e termina na Data de Incorporação dos Juros Remuneratórios, qual seja, 09 de setembro de 2020 (exclusive), no caso do primeiro Período de Capitalização, (ii) na Data de Incorporação dos Juros Remuneratórios (inclusive) até data do primeiro pagamento de Juros Remuneratórios, qual seja, 09 de outubro de 2020 (exclusive), no caso do segundo Período de Capitalização, e (iii) para fins dos pagamentos dos Juros Remuneratórios que ocorrerem a partir de 09 de novembro de 2020 (inclusive), na data de pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior (inclusive) e termina na data de pagamento dos Juros Remuneratórios seguinte (exclusive). Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade até a Data de Vencimento das Debêntures.
       2. Os Juros Remuneratórios que incidirem sobre as Debêntures entre a Data de Subscrição e 09 de setembro de 2020 (“Data de Incorporação dos Juros Remuneratórios”), serão integral e automaticamente incorporados ao Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme descrito na tabela abaixo (“Capitalização do Valor Nominal Unitário das Debêntures”).
       3. Os Juros Remuneratórios serão pagos mensalmente, sempre no dia 09 (nove) de cada mês calendário, observada a Capitalização do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures prevista na Cláusula 4.2.2.2 acima, sendo que o primeiro pagamento de Juros Remuneratórios será realizado em 09 de outubro de 2020, o qual deverá considerar a incorporação da Capitalização do Valor Nominal Unitário das Debêntures, e os demais pagamentos de Juros Remuneratórios ocorrerão sucessivamente, sempre no dia 09 (nove) dos meses subsequentes, sendo o último pagamento realizado na Data de Vencimento das Debêntures, conforme descrito na tabela abaixo (“Datas de Pagamento dos Juros Remuneratórios”).

| **Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios** | **Juros Remuneratórios no período** |
| --- | --- |
| 09 de setembro de 2020 | Incorporado |
| 09 de outubro de 2020 | Pagamento Devido |
| 09 de novembro de 2020 | Pagamento Devido |
| 09 de dezembro de 2020 | Pagamento Devido |
| 09 de janeiro de 2021 | Pagamento Devido |
| 09 de fevereiro de 2021 | Pagamento Devido |
| 09 de março de 2021 | Pagamento Devido |
| 09 de abril de 2021 | Pagamento Devido |
| 09 de maio de 2021 | Pagamento Devido |
| 09 de junho de 2021 | Pagamento Devido |
| 09 de julho de 2021 | Pagamento Devido |
| 09 de agosto de 2021 | Pagamento Devido |
| 09 de setembro de 2021 | Pagamento Devido |
| 09 de outubro de 2021 | Pagamento Devido |
| 09 de novembro de 2021 | Pagamento Devido |
| 09 de dezembro de 2021 | Pagamento Devido |
| 09 de janeiro de 2022 | Pagamento Devido |
| 09 de fevereiro de 2022 | Pagamento Devido |
| 09 de março de 2022 | Pagamento Devido |
| 09 de abril de 2022 | Pagamento Devido |
| 09 de maio de 2022 | Pagamento Devido |
| 09 de junho de 2022 | Pagamento Devido |
| 09 de julho de 2022 | Pagamento Devido |
| 09 de agosto de 2022 | Pagamento Devido |
| 09 de setembro de 2022 | Pagamento Devido |
| 09 de outubro de 2022 | Pagamento Devido |
| 09 de novembro de 2022 | Pagamento Devido |
| 09 de dezembro de 2022 | Pagamento Devido |
| 09 de janeiro de 2023 | Pagamento Devido |
| 09 de fevereiro de 2023 | Pagamento Devido |
| 09 de março de 2023 | Pagamento Devido |
| 09 de abril de 2023 | Pagamento Devido |
| 09 de maio de 2023 | Pagamento Devido |
| 09 de junho de 2023 | Pagamento Devido |
| 09 de julho de 2023 | Pagamento Devido |
| 09 de agosto de 2023 | Pagamento Devido |
| 09 de setembro de 2023 | Pagamento Devido |
| 09 de outubro de 2023 | Pagamento Devido |
| 09 de novembro de 2023 | Pagamento Devido |
| 09 de dezembro de 2023 | Pagamento Devido |
| 09 de janeiro de 2024 | Pagamento Devido |
| 09 de fevereiro de 2024 | Pagamento Devido |
| 09 de março de 2024 | Pagamento Devido |
| 09 de abril de 2024 | Pagamento Devido |
| 09 de maio de 2024 | Pagamento Devido |
| 09 de junho de 2024 | Pagamento Devido |
| 09 de julho de 2024 | Pagamento Devido |
| 09 de agosto de 2024 | Pagamento Devido |
| 09 de setembro de 2024 | Pagamento Devido |
| 09 de outubro de 2024 | Pagamento Devido |
| 09 de novembro de 2024 | Pagamento Devido |
| 09 de dezembro de 2024 | Pagamento Devido |
| 09 de janeiro de 2025 | Pagamento Devido |
| 09 de fevereiro de 2025 | Pagamento Devido |
| 09 de março de 2025 | Pagamento Devido |
| 09 de abril de 2025 | Pagamento Devido |
| 09 de maio de 2025 | Pagamento Devido |
| 09 de junho de 2025 | Pagamento Devido |
| 09 de julho de 2025 | Pagamento Devido |
| 09 de agosto de 2025 | Pagamento Devido |
| 09 de setembro de 2025 | Pagamento Devido |
| 09 de outubro de 2025 | Pagamento Devido |
| 09 de novembro de 2025 | Pagamento Devido |
| 09 de dezembro de 2025 | Pagamento Devido |
| 09 de janeiro de 2026 | Pagamento Devido |
| 09 de fevereiro de 2026 | Pagamento Devido |
| 09 de março de 2026 | Pagamento Devido |
| 09 de abril de 2026 | Pagamento Devido |
| 09 de maio de 2026 | Pagamento Devido |
| 09 de junho de 2026 | Pagamento Devido |
| 09 de julho de 2026 | Pagamento Devido |
| 09 de agosto de 2026 | Pagamento Devido |
| 09 de setembro de 2026 | Pagamento Devido |
| 09 de outubro de 2026 | Pagamento Devido |
| 09 de novembro de 2026 | Pagamento Devido |
| 09 de dezembro de 2026 | Pagamento Devido |
| 09 de janeiro de 2027 | Pagamento Devido |
| 09 de fevereiro de 2027 | Pagamento Devido |
| Data de Vencimento das Debêntures | Pagamento Devido |

* + - 1. Farão jus ao recebimento dos Juros Remuneratórios aqueles que forem titulares de Debêntures ao final do Dia Útil imediatamente anterior à Data de Pagamento de Juros Remuneratórios.
      2. Observado o disposto na Cláusula 4.2.2.6. abaixo, se, a qualquer tempo durante a vigência das Debêntures, não houver divulgação da Taxa DI, será aplicada a última Taxa DI disponível até o momento para cálculo dos Juros Remuneratórios, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os titulares das Debêntures quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável.
      3. Caso a Taxa DI deixe de ser divulgada por prazo superior a 10 (dez) dias, ou caso seja extinta, ou haja a impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI para cálculo dos Juros Remuneratórios, será convocada pelo Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis subsequentes ao prazo de 10 (dez) dias acima, Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos desta Escritura de Emissão, a qual terá como objeto a deliberação pelos Debenturistas, de comum acordo com a Emissora, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures, que deverá ser aquele que melhor reflita as condições do mercado vigentes à época.
      4. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da assembleia geral de Debenturistas, a referida assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir da data de sua validade, passará a ser utilizada para o cálculo dos Juros Remuneratórios, permanecendo a última Taxa DI conhecida anteriormente a ser utilizada até data da divulgação da referida Taxa DI.
      5. Caso, a Assembleia Geral de Debenturistas não seja instalada em primeira e segunda convocações nos termos da Cláusula 4.2.2.6, ou caso, na Assembleia Geral de Debenturistas não haja acordo sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures, tomadas em apartado pelos titulares de Debêntures, representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, nos termos da Assembleia Geral de Debenturistas, conforme o caso, convocadas nos termos da Cláusula 4.2.2.6 acima, deverá ser adotado a média aritmética do índice que suceder a Taxa DI divulgada pelos 5 (cinco) primeiros bancos no último ranking anual disponível de operações de renda fixa divulgado pela ANBIMA, ou entidade que venha a sucedê-la. Caso a Emissora não concorde com a taxa de remuneração substituta à Taxa DI, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados da data de encerramento da respectiva assembleia geral de Debenturistas ou em outro prazo que venha a ser definido em comum acordo em referida assembleia ou na respectiva Data de Vencimento das Debêntures, o que ocorrer primeiro, pelo Valor Nominal Unitário das Debêntures ou respectivo saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido dos respectivos Juros Remuneratórios devidos até a data do resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da respectiva Data de Subscrição das Debêntures ou da respectiva Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior. Nesta alternativa, para cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures a serem adquiridas, para cada dia do período da ausência de taxas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente.
  1. **Amortização do Valor Nominal Unitário** 
     1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures, considerando a Capitalização do Valor Nominal Unitário das Debêntures (conforme definido acima), será amortizado mensalmente, após carência de 12 (doze) meses, sendo a primeira parcela devida em 09 de março de 2021 e a última na Data de Vencimento das Debêntures, conforme descrito na tabela abaixo (“Datas de Amortização das Debêntures”), ressalvadas as hipóteses de Resgate Antecipado Facultativo, Oferta de Resgate Antecipado, Aquisição Facultativa e as hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures, conforme o caso.

| **Data de Amortização das Debêntures** | **Percentual do Valor Nominal Unitário, após Capitalização do Valor Nominal Unitário das Debêntures** |
| --- | --- |
| 09 de março de 2021 | 1,2700% |
| 09 de abril de 2021 | 1,3100% |
| 09 de maio de 2021 | 1,3100% |
| 09 de junho de 2021 | 1,3100% |
| 09 de julho de 2021 | 1,3100% |
| 09 de agosto de 2021 | 1,3100% |
| 09 de setembro de 2021 | 1,3100% |
| 09 de outubro de 2021 | 1,3100% |
| 09 de novembro de 2021 | 1,3100% |
| 09 de dezembro de 2021 | 1,3100% |
| 09 de janeiro de 2022 | 1,3100% |
| 09 de fevereiro de 2022 | 1,3100% |
| 09 de março de 2022 | 1,3100% |
| 09 de abril de 2022 | 1,3300% |
| 09 de maio de 2022 | 1,3300% |
| 09 de junho de 2022 | 1,3300% |
| 09 de julho de 2022 | 1,3300% |
| 09 de agosto de 2022 | 1,3300% |
| 09 de setembro de 2022 | 1,3300% |
| 09 de outubro de 2022 | 1,3300% |
| 09 de novembro de 2022 | 1,3300% |
| 09 de dezembro de 2022 | 1,3300% |
| 09 de janeiro de 2023 | 1,3300% |
| 09 de fevereiro de 2023 | 1,3300% |
| 09 de março de 2023 | 1,3300% |
| 09 de abril de 2023 | 1,3800% |
| 09 de maio de 2023 | 1,3800% |
| 09 de junho de 2023 | 1,3800% |
| 09 de julho de 2023 | 1,3800% |
| 09 de agosto de 2023 | 1,3800% |
| 09 de setembro de 2023 | 1,3800% |
| 09 de outubro de 2023 | 1,3800% |
| 09 de novembro de 2023 | 1,3800% |
| 09 de dezembro de 2023 | 1,3800% |
| 09 de janeiro de 2024 | 1,3800% |
| 09 de fevereiro de 2024 | 1,3800% |
| 09 de março de 2024 | 1,3800% |
| 09 de abril de 2024 | 1,3300% |
| 09 de maio de 2024 | 1,3300% |
| 09 de junho de 2024 | 1,3300% |
| 09 de julho de 2024 | 1,3300% |
| 09 de agosto de 2024 | 1,3300% |
| 09 de setembro de 2024 | 1,3300% |
| 09 de outubro de 2024 | 1,3300% |
| 09 de novembro de 2024 | 1,3300% |
| 09 de dezembro de 2024 | 1,3300% |
| 09 de janeiro de 2025 | 1,3300% |
| 09 de fevereiro de 2025 | 1,3300% |
| 09 de março de 2025 | 1,3300% |
| 09 de abril de 2025 | 1,4200% |
| 09 de maio de 2025 | 1,4200% |
| 09 de junho de 2025 | 1,4200% |
| 09 de julho de 2025 | 1,4200% |
| 09 de agosto de 2025 | 1,4200% |
| 09 de setembro de 2025 | 1,4200% |
| 09 de outubro de 2025 | 1,4200% |
| 09 de novembro de 2025 | 1,4200% |
| 09 de dezembro de 2025 | 1,4200% |
| 09 de janeiro de 2026 | 1,4200% |
| 09 de fevereiro de 2026 | 1,4200% |
| 09 de março de 2026 | 1,4200% |
| 09 de abril de 2026 | 1,4500% |
| 09 de maio de 2026 | 1,4500% |
| 09 de junho de 2026 | 1,4500% |
| 09 de julho de 2026 | 1,4500% |
| 09 de agosto de 2026 | 1,4500% |
| 09 de setembro de 2026 | 1,4500% |
| 09 de outubro de 2026 | 1,4500% |
| 09 de novembro de 2026 | 1,4500% |
| 09 de dezembro de 2026 | 1,4500% |
| 09 de janeiro de 2027 | 1,4500% |
| 09 de fevereiro de 2027 | 1,4500% |
| Data de Vencimento das Debêntures | 1,5400% |

* 1. **Local de Pagamento**
     1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora utilizando-se, conforme o caso: (a) os procedimentos adotados pela B3, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3; ou (b) os procedimentos adotados pela Agente de Liquidação e Escrituradora, para as Debêntures que eventualmente não estejam custodiadas eletronicamente na B3.
  2. **Prorrogação dos Prazos**
     1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados até o primeiro Dia Útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura de Emissão, quando a data de tais pagamentos coincidir com sábado, domingo ou feriado declarado nacional.
  3. **Encargos Moratórios**
     1. Sem prejuízo dos Juros Remuneratórios, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida e não paga aos Debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos, desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso ou notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, a: (a) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido e não pago calculados *pro rata temporis*; e (b) multa convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago (“Encargos Moratórios”), exceto se a inadimplência ocorrer por problema operacional e que tal problema operacional não seja sanado em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data da inadimplência.
  4. **Decadência dos Direitos aos Acréscimos**
     1. O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de Juros Remuneratórios ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.
  5. **Repactuação**
     1. Não haverá repactuação programada das Debêntures.
  6. **Amortização Extraordinária** 
     1. As Debêntures não estarão sujeitas a amortização extraordinária pela Emissora.
  7. **Resgate Antecipado Facultativo**
     1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo desde a Data de Subscrição, inclusive, promover o resgate antecipado da totalidade das Debêntures (“Resgate Antecipado Facultativo”), observados os termos e condições abaixo estipulados, não podendo realizar resgate parcial das Debêntures, exceto mediante aprovação em Assembleia Geral de Debenturistas.
     2. A Emissora realizará o Resgate Antecipado Facultativo por meio de comunicação endereçada aos Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário, enviada com no mínimo 90 (noventa) dias de antecedência à data do pretendido Resgate Antecipado Facultativo (“Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo”), a qual deverá descrever os termos e condições do Resgate Antecipado Facultativo, incluindo: (i) a data para o resgate das Debêntures e o efetivo pagamento aos Debenturistas, que deverá obrigatoriamente um Dia Útil; e (b) demais informações consideradas relevantes pela Emissora para conhecimento dos Debenturistas. A Emissora deverá comunicar a realização do Resgate Antecipado Facultativo à B3 por meio de correspondência escrita, com o de acordo do Agente Fiduciário, com no mínimo 3 (três) Dias Úteis de antecedência contado da efetiva realização do Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures.
     3. O valor a ser pago aos Debenturistas a título de Resgate Antecipado Facultativo será o saldo do Valor Nominal Unitário acrescido dos Juros Remuneratórios, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Subscrição ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, acrescido de prêmio calculado de acordo com a tabela abaixo (“Prêmio de Resgate Antecipado”):

|  |  |
| --- | --- |
| **Período (a contar da Data de Subscrição)** | **Prêmio de Resgate Antecipado (*flat*)** |
| De 09 de março de 2020 (inclusive) a 09 de março de 2021 (exlcusive) | 0,50% |
| De 09 de março de 2021 (inclusive) a 09 de março de 2022 (exclusive) | 0,45% |
| De 09 de março de 2022 (inclusive) a 09 de março de 2023 (exclusive) | 0,40% |
| De 09 de março de 2023 (inclusive) a 09 de março de 2024 (exclusive) | 0,35% |
| De 09 de março de 2024 (inclusive) a 09 de março de 2025 (exclusive) | 0,30% |
| De 09 de março de 2025 (inclusive) a 09 de março de 2026 (exclusive) | 0,25% |
| De 09 de março de 2026 (inclusive) até a Data de Vencimento | 0,20% |

* + 1. As Debêntures resgatadas antecipadamente serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora.
       1. O pagamento do Resgate Antecipado Facultativo será realizado (a) por meio dos procedimentos adotados pela B3 para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3, ou (b) mediante procedimentos adotados pelo Agente de Liquidação e Escrituradora, no caso de Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3.
  1. **Oferta de Resgate Antecipado**
     1. A qualquer momento a partir da Data de Emissão a Emissora poderá realizar, a seu exclusivo critério, oferta de resgate antecipado total ou parcial das Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas, sendo assegurado a todos os Debenturistas, sem distinção, igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures por eles detidas, nos termos da presente Escritura de Emissão e da legislação aplicável, incluindo, mas não se limitando, a Lei das Sociedades por Ações (“Oferta de Resgate Antecipado”).
        1. A Oferta de Resgate Antecipado deverá ser precedida de (a) envio ao Agente Fiduciário de notificação, devidamente assinada pelos representantes legais da Emissora, informando sobre a realização da Oferta de Resgate Antecipado; e (b) aviso aos Debenturistas publicado e amplamente divulgado pela Emissora nos termos da Cláusula 4.13.1 abaixo, informando sobre a realização da Oferta de Resgate Antecipado (“Edital de Oferta de Resgate Antecipado”), ambos com antecedência mínima de 30 (trinta) dias contados da data programada para a efetiva realização do resgate.
        2. O Edital de Oferta de Resgate Antecipado deverá conter, no mínimo, as seguintes informações: (a) a data efetiva para o resgate das Debêntures e pagamento aos Debenturistas, que deverá obrigatoriamente ser um Dia Útil; (b) o valor do prêmio devido aos Debenturistas em face do resgate antecipado, caso haja, o qual não poderá ser negativo; (c) a forma e prazo para manifestação do Debenturista que aceitar a Oferta de Resgate Antecipado, prazo este que não poderá ser inferior a 15 (quinze) dias contados da publicação do Edital de Oferta de Resgate Antecipado; (d) se a Oferta de Resgate Antecipado será sobre parte ou a totalidade das Debêntures, sendo utilizado o critério de sorteio no caso de Oferta de Resgate Antecipado parcial; e (e) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do resgate antecipado e à tomada de decisão pelos Debenturistas.
        3. Após a publicação do Edital de Oferta de Resgate Antecipado, os Debenturistas que optarem pela adesão à referida oferta terão que se manifestar formalmente à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário, e em conformidade com o disposto no Edital de Oferta de Resgate Antecipado. Ao final deste prazo, caso titulares representando a totalidade das Debêntures aceitem a Oferta de Resgate Antecipado, a Emissora terá 2 (dois) Dias Úteis para realizar os pagamentos devidos em razão do resgate antecipado das Debêntures, sendo certo que todas as Debêntures serão liquidadas em uma única data.
        4. Na hipótese de Oferta de Resgate Antecipado parcial das Debêntures, adotar-se-á o critério de sorteio, a ser coordenado pelo Agente Fiduciário, nos termos do artigo 55, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, inclusive no que concerne às suas regras.
        5. O valor a ser pago aos Debenturistas na hipótese de realização do resgate antecipado nos termos desta Cláusula 4.11 será equivalente ao Valor Nominal Unitário, acrescido (a) dos Juros Remuneratórios devidos na data de resgate e ainda não pagos até a data do resgate, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Subscrição ou última Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios, conforme o caso, e dos respectivos Encargos Moratórios, caso aplicáveis, e (b) de eventual prêmio de resgate a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Emissora, o qual não poderá ser negativo (“Preço de Oferta de Resgate”).
        6. O pagamento do Preço de Oferta de Resgate será realizado (a) por meio dos procedimentos adotados pela B3 para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3, ou (b) mediante procedimentos adotados pela Agente de Liquidação e Escrituradora, no caso de Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3.
        7. A Emissora deverá comunicar a realização do resgate antecipado à B3 por meio de correspondência escrita, com o de acordo do Agente Fiduciário, com no mínimo 5 (cinco) Dias Úteis de antecedência contado da efetiva realização do resgate antecipado das Debêntures.
        8. As Debêntures resgatadas pela Emissora nos termos aqui previstos deverão ser obrigatoriamente canceladas pela Emissora.
  2. **Aquisição Facultativa**
     1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir uma ou mais Debêntures, observados os termos do artigo 13, da Instrução CVM 476, o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, bem como a legislação aplicável à época e as regras expedidas pela CVM: (i) por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, devendo a aquisição facultativa de que trata esta cláusula constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora; ou (ii) por valor superior ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário conforme o caso, desde que observe as regras expedidas pela CVM.
  3. **Publicidade**
     1. Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos, na forma da Cláusula 2.2.1 acima, observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Oferta Restrita e os prazos legais, devendo a Emissora encaminhar a referida publicação ao Agente Fiduciário no mesmo dia de sua realização. Caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo e publicar, nos jornais anteriormente utilizados, aviso aos Debenturistas informando o novo veículo.
  4. **Comprovação de Titularidade das Debêntures**
     1. A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pela Agente de Liquidação e Escrituradora, onde serão inscritos os nomes dos respectivos titulares das Debêntures. Adicionalmente, será reconhecido, como comprovante de titularidade das Debêntures, o extrato emitido pela B3, em nome do Debenturista, quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente na B3.
  5. **Tratamento Tributário**

###### Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, o respectivo Debenturista deverá encaminhar à Agente de Liquidação e Escrituradora e ao seu custodiante, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de quaisquer valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos, nos termos da legislação tributária em vigor.

###### O Debenturista que tenha apresentado documentação comprobatória de sua condição de imunidade ou isenção tributária, nos termos da Cláusula 4.15.1 acima e que tiver essa condição alterada por disposição normativa, ou por deixar de atender as condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, ou ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, à Agente de Liquidação e Escrituradora, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pela Agente de Liquidação e Escrituradora ou pela Emissora.

* 1. **Garantias Fidejussórias**
     1. Fianças. Os Fiadores, neste ato, se obrigam, solidariamente entre si e com a Emissora, em caráter irrevogável e irretratável, perante os Debenturistas, na qualidade de fiadores e codevedores solidários, pelo fiel, pontual e integral pagamento das Obrigações Garantidas, renunciando expressamente aos benefícios dos artigos 333, parágrafo único, 366, 368, 821, 824, 827, 830, 834, 835, 837, 838 e 839 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Código Civil”) e dos artigos 130 e 794 da Lei n.º 13.105 de 16 de março de 2015, conforme alterada (“Código de Processo Civil Brasileiro”) (“Fianças” ou “Garantias”).
        1. Os Fiadores se obrigam a, independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou venha a exercer em relação às suas obrigações, conforme estabelecido na Cláusula 4.16.1 acima, pagar a integralidade das Obrigações Garantidas no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados a partir da comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário informando a falta de pagamento de qualquer das obrigações pecuniárias, principais e acessórias, assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão. Tal notificação deverá ser imediatamente emitida pelo Agente Fiduciário após a ocorrência da falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido nas datas de pagamento definidas nesta Escritura de Emissão ou quando da declaração do vencimento antecipado das Debêntures, o que ocorrer primeiro. O pagamento deverá ser realizado segundo os procedimentos estabelecidos nesta Escritura de Emissão e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário e fora do âmbito da B3, conforme o caso.
        2. Todos e quaisquer pagamentos realizados pelos Fiadores em relação à Fiança serão efetuados fora do âmbito da B3, livres e líquidos, sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais, devendo os Fiadores pagar as quantias adicionais que sejam necessárias para que os Debenturistas recebam, após tais deduções, recolhimentos ou pagamentos, uma quantia equivalente à que teria sido recebida se tais deduções, recolhimentos ou pagamentos não fossem aplicáveis.
        3. As Fianças aqui referidas são prestadas pelos Fiadores em caráter irrevogável e irretratável até a liquidação integral das Obrigações Garantidas
        4. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pelos Fiadores com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.
        5. As Fianças poderão ser excutidas e exigidas pelo Agente Fiduciário quantas vezes forem necessárias até a integral e efetiva liquidação das Obrigações Garantidas.
        6. As Fianças permanecerão válidas e plenamente eficazes, em caso de aditamentos, alterações e quaisquer outras modificações nesta Escritura de Emissão e nos demais documentos da Oferta Restrita.
        7. Os Fiadores desde já concordam e obrigam-se a somente exigir e/ou demandar a Emissora por qualquer valor por elas honrado nos termos das Fianças após os Debenturistas terem recebido todos os valores a eles devidos.
        8. Os Fiadores desde já reconhecem que as Fianças são prestadas por prazo determinado, encerrando-se este prazo na data do pagamento integral das Obrigações Garantidas não sendo aplicável, portanto, o artigo 835 do Código Civil.
        9. As despesas com o registro desta Escritura de Emissão nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos serão de responsabilidade da Emissora.
  2. **Disposições Comuns às Garantias**
     1. A Emissora, a Finco e a Acionista nomeiam, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do artigo 684 do Código Civil, o Agente Fiduciário, na qualidade de representante da comunhão dos Debenturistas, como seu procurador, até o integral cumprimento de todas as obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão, com plenos poderes especiais para, na ocorrência de inadimplemento das obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão, em nome da Emissora, da Finco e da Acionista e nos termos desta Escritura de Emissão e da Fiança: (a) praticar todos os atos necessários e firmar qualquer instrumento perante qualquer autoridade governamental e quaisquer documentos necessários ou recomendáveis para o cumprimento das obrigações, principais e acessórias, presentes e futuras, decorrentes das Debêntures e desta Escritura de Emissão e a excussão das Garantias, incluindo todas as faculdades previstas na Lei n.º 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada; e/ou (b) excussão das obrigações e das garantias previstas nesta Escritura de Emissão, assim como tomar qualquer providência e firmar quaisquer instrumentos necessários, podendo inclusive receber quitação. O Agente Fiduciário, na qualidade de outorgado, poderá substabelecer, no todo ou em parte, com reserva de iguais, os poderes ora conferidos.

1. **CLÁUSULA V - VENCIMENTO ANTECIPADO** 
   1. **Vencimento Antecipado Automático**
      1. O Agente Fiduciário deverá, automaticamente, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial à Emissora, considerar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis todas as obrigações da Emissora referentes às Debêntures, notificando o fato a todos os Debenturistas, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados a partir de sua ciência, e exigirá da Emissora o imediato pagamento do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, na ciência da ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses:
2. não pagamento, pela Emissora, nas datas de vencimento previstas nesta Escritura de Emissão, do Valor Nominal Unitário, dos Juros Remuneratórios e/ou de quaisquer outras obrigações pecuniárias devidas aos Debenturistas, sem que tal descumprimento seja sanado pela Emissora no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contado do respectivo vencimento;
3. extinção, encerramento das atividades, intervenção, liquidação, dissolução, ou a decretação de falência da Emissora e/ou da Finco e/ou da Acionista, bem como o requerimento de autofalência formulado pela Emissora e/ou e/ou pela Finco e/ou pela Acionista, ou requerimento de falência relativo à Emissora e/ou à Finco e/ou à Acionista formulado por terceiros que não tenha sido elidido dentro do prazo legal, exceto se decorrentes da Reorganização Societária;
4. transformação da Emissora, da Acionista, e/ou da Finco em outro tipo societário;
5. não realização do protocolo na Junta Comercial competente dos documentos societários que aprovam a Reorganização Societária pela Emissora no período máximo de 12 (doze) meses;
6. pedido de recuperação judicial formulado pela Emissora e/ou pela Finco e/ou pela Acionista, conforme aplicável, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente, ou extrajudicial, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial de referido plano;
7. não cumprimento de decisão condenatória transitada em julgado, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do prazo limite de cumprimento constante da respectiva decisão, ou ainda a inclusão da Emissora e/ou da Finco e/ou da Acionista em qualquer espécie de lista oficial emitida por órgão governamental brasileiro de sociedades que descumpram regras de caráter socioambiental, em razão da prática de atos, pela Emissora e/ou pela Finco e/ou pela Acionista, em inobservância à legislação e regulamentação ambiental vigente, incluindo mas não se limitando, a crimes contra o meio ambiente, sendo certo que a declaração de vencimento antecipado com base no estipulado nesta alínea não ocorrerá se efetuada a reparação imposta ou enquanto estiver sendo cumprida a pena imposta à Emissora, à Finco, ou à Acionista, conforme o caso, observado o devido processo legal;
8. não cumprimento de decisão condenatória administrativa ou judicial, em razão da prática pela Emissora e/ou pela Finco e/ou Acionista, de atos lesivos, ou crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, terrorismo ou financiamento ao terrorismo, previstos na legislação nacional e/ou estrangeira aplicável;
9. declaração de vencimento antecipado de qualquer obrigação financeira assumida pela Emissora e/ou pela Finco e/ou pela Acionista junto a quaisquer instituições financeiras ou no mercado de capitais, sem que tal vencimento antecipado seja sanado no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado do respectivo vencimento, no valor individual ou agregado superior a R$2.000.000,00 (dois milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas) em relação à Finco, R$4.000.000,00 (quatro milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas) em relação à Emissora, e R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas) em relação à Acionista, valores estes a serem devidamente corrigidos anualmente pelo IPCA a partir da Data de Emissão até o respectivo vencimento antecipado, respeitados os respectivos prazos de cura previstos em tais documentos;
10. inadimplemento de qualquer obrigação financeira assumida pela Emissora e/ou pela Finco e/ou pela Acionista junto a quaisquer instituições financeiras ou no mercado de capitais, sem que tal inadimplemento seja sanado no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado do respectivo inadimplemento, no valor individual ou agregado superior a R$2.000.000,00 (dois milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas) em relação à Finco, R$4.000.000,00 (quatro milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas) em relação à Emissora, e R$10.000.000,00 (dez milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas) em relação à Acionista, valores estes a serem devidamente corrigidos anualmente pelo IPCA a partir da Data de Emissão até o respectivo vencimento antecipado, respeitados os respectivos prazos de cura previstos em tais documentos;
11. transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora e/ou pela Finco e/ou pela Acionista, de direitos e/ou obrigações assumidos nesta Escritura de Emissão, sem a prévia autorização dos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, observado o disposto na Cláusula 8.1 e seguintes desta Escritura de Emissão, exceto se a cessão ou promessa de cessão for realizada para sociedade controladora e/ou controlada da Emissora, da Finco e/ou da Acionista, ou ainda, se decorrentes da Reorganização Societária;
12. alteração substancial do objeto social da Emissora e/ou da Acionista e/ou da Finco, de forma que a atividade da Emissora deixe de ser a descrita na Cláusula 3.1.1 acima, a da Acionista deixe de ser a descrita na Cláusula 3.1.2 acima, e a da Finco deixe de ser a descrita na Cláusula 3.1.3 acima;
13. redução do capital social da Emissora, exceto (a) nos casos de redução de capital realizada com o objetivo de absorver prejuízos, nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações; ou (b) se previamente autorizado por, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos titulares das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;
14. alteração no controle acionário direto (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) da Acionista, atualmente detido conjuntamente por TPG ART I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior, Mitsui & Co., Ltd. e Fundo de Investimento em Participações MOV 1 (“Controladores Diretos da Acionista”);
15. inclusão ou exclusão de entidades que compõem os Controladores Diretos da Acionista, sendo permitidas negociações de ações de emissão da Acionista pelos Controladores Diretos da Acionista, desde que observados os incisos “m” e “n” desta Cláusula;
16. alteração da estrutura societária direta da Emissora por qualquer meio (exceto em função da Reorganização Societária e/ou eventuais emissões de valores mobiliários da Emissora subscritos e integralizados exclusivamente pela Acionista e/ou pela Emissora e/ou por qualquer empresa coligada, controladora ou sob controle comum da Emissora);
17. cisão, fusão ou incorporação, inclusive incorporação de ações e/ou quotas, da Finco e/ou da Emissora (exceto pela Reorganização Societária), exceto se previamente autorizado pelos Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, observado o disposto na Cláusula 8.1 e seguintes desta Escritura de Emissão;
18. provarem-se falsas ou revelarem-se inverídicas, incorretas, inconsistentes, insuficientes ou enganosas quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora e/ou pela Finco e/ou pela Acionista nesta Escritura de Emissão e nos demais documentos da Oferta Restrita desde que a referida incorreção, inconsistência ou insuficiência não seja sanada pela Emissora e/ou pela Finco e/ou pela Acionista, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da notificação, por escrito, encaminhada pelo Agente Fiduciário à Emissora neste sentido, sendo que o referido prazo de cura não se aplica para declarações ou garantias que se provarem falsas ou enganosas;
19. medida de autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, a totalidade ou parte substancial dos ativos da Emissora e/ou da Finco e/ou da Acionista;
20. descumprimento de decisão judicial, administrativa ou arbitral, de natureza condenatória, contra a Emissora e/ou a Finco e/ou a Acionista cujos efeitos não tenham sido suspensos ou revertidos no prazo legal, no valor individual ou agregado superior a R$2.000.000,00 (dois milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas) em relação à Finco, R$4.000.000,00 (quatro milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas) em relação à Emissora, e R$10.000.000,00 (dez milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas) em relação à Acionista, valores estes a serem anualmente corrigidos pelo IPCA a partir da Data de Emissão;
21. não atingimento de saldo mínimo na Conta Reserva, nos termos da Cláusula **Erro! Fonte de referência não encontrada.Erro! Fonte de referência não encontrada.**;
22. celebração de quaisquer acordos de acionistas ou qualquer outro contrato que, de qualquer forma, vincule ou possa criar qualquer ônus ou gravame ou limitação de disposição em relação às ações e/ou quotas emitidas diretamente pela Emissora, pela Finco, exceto se previamente aprovado pelos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, observado o disposto na Cláusula 8.1 e seguintes desta Escritura de Emissão;
23. alienação ou cessão de ativos da Emissora (a) em montante superior a R$500.000,00 (quinhentos mil reais), ou seu valor equivalente em outras moedas, reajustados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação acumulada do IGPM/FGV, desde que não reaplicados nos negócios da Emissora, conforme aplicável, e (b) não aprovados por Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas representando no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;
24. não utilização de recursos líquidos captados pela Emissora por meio da Emissão para a integral quitação e liquidação das obrigações da Emissora constantes das CCBs, conforme destinação de recursos constante da Cláusula 3.8 acima, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contatos da Data de Subscrição; e
    * 1. A Emissora obriga-se a, em até (i) 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento de quaisquer dos eventos descritos nos incisos da Cláusula 5.1.1 acima (exceto com relação ao inciso “r” acima), ou (ii) 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento de quaisquer dos eventos descritos no inciso “r” da Cláusula 5.1.1 acima, comunicar ao Agente Fiduciário para que este tome as providências devidas. O descumprimento desse dever pela Emissora não impedirá o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas de, a seu critério, exercer seus poderes, faculdades e pretensões previstos nesta Escritura.
    1. **Vencimento Antecipado Não Automático**
       1. O Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que houver tomado ciência de quaisquer dos eventos listados abaixo, para deliberar a respeito da não declaração do vencimento antecipado de todas as obrigações da Emissora referentes às Debêntures e, uma vez declarado o vencimento antecipado, exigirá da Emissora, imediatamente, o pagamento do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, em até 3 (três) Dias Úteis da Assembleia Geral de Debenturistas em que não foi aprovada a não declaração do vencimento antecipado ou da data em que referida Assembleia Geral de Debenturistas deveria ter ocorrido em segunda convocação, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, na ciência da ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses:

(a) constituição pela Emissora, pela Acionista,e/ou pela Finco, sem a prévia aprovação de Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, representando no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, observado o disposto na Cláusula 8.1 e seguintes desta Escritura de Emissão, de penhor ou qualquer outro gravame ou ônus sobre os direitos e bens dados em garantia às obrigações oriundas das Debêntures, ou qualquer outra espécie de cessão ou vinculação sobre os mesmos direitos a terceiros que não os Debenturistas;

(b) descumprimento pela Emissora, pela Acionista, e/ou pela Finco, de qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão e demais documentos da Emissão dos quais fazem parte não sanada em até 20 (vinte) dias contados da notificação do Agente Fiduciário neste sentido ou na data em que tal obrigação tornou-se exigível, o que ocorrer primeiro, ou em prazo de cura específico previsto no respectivo instrumento;

(c) concessão de preferência a outros créditos, pela Emissora, sem a prévia aprovação de Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, observado o disposto na Cláusula 8.1 e seguintes desta Escritura de Emissão, no valor individual ou agregado de R$4.000.000,00 (quatro milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas) em relação à Emissora, valor este a ser devidamente corrigido anualmente pelo IPCA a partir da Data de Emissão até a data da assunção de novas dívidas;

(d) emissão de ações, bônus de subscrição ou partes beneficiárias ou qualquer outro valor mobiliário, pela Emissora sem a prévia aprovação de Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, observado o disposto na Cláusula 8.1 e seguintes desta Escritura de Emissão, ressalvadas eventuais emissões de valores mobiliários da Emissora subscritos e integralizados exclusivamente pela Acionista e/ou pela Emissora e/ou quaisquer empresas coligada, controladora ou sob controle comum da Emissora;

(e) protesto de títulos contra a Emissora, pela Finco e/ou pela Acionista, excetuados aqueles efetuados por erro ou má-fé de terceiros cujo pagamento a Emissora, a Finco e/ou a Acionista sejam responsáveis, no valor individual ou agregado superior a R$2.000.000,00 (dois milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas) em relação à Finco, R$4.000.000,00 (quatro milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas) em relação à Emissora e R$10.000.000,00 (dez milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas) em relação à Acionista, salvo se for validamente comprovado ao Agente Fiduciário, pela Emissora, pela Finco e/ou pela Acionista, que (i) o protesto foi efetivamente suspenso dentro do prazo de até 20 (vinte) dias contados da data do respectivo evento, e apenas enquanto durarem os efeitos da suspensão; (ii) o protesto foi cancelado no prazo legal ou (iii) foram prestadas garantias em juízo e aceitas pelo Poder Judiciário;

(f) a Emissora deixar de ter suas demonstrações financeiras auditadas por auditor independente registrado na CVM;

(g) ocorrência de arresto, sequestro ou penhora de bens, ou não cumprimento de qualquer decisão arbitral ou sentença judicial transitada em julgado contra a Emissora, a Finco e/ou a Acionista, cujo valor de arresto, sequestro ou penhora de bens, individual ou agregado, seja igual ou superior a R$2.000.000,00 (dois milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas) em relação à Finco, R$4.000.000,00 (quatro milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas) em relação à Emissora e R$10.000.000,00 (dez milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas) em relação à Acionista;

(h) se as Garantias se tornarem total ou parcialmente ineficazes, inexequíveis, inválidas, nulas ou insuficientes, ou se as Garantias forem canceladas e/ou rescindidas e/ou se ocorrer quaisquer eventos que afetem de forma material as Garantias ou o cumprimento das disposições contidas nesta Escritura de Emissão e de seus eventuais aditamentos, exceto se tais garantias forem substituídas ou complementadas tempestivamente;

1. não renovação, não obtenção, cancelamento, revogação, suspensão, ou extinção das autorizações, concessões, subvenções, licenças ou outorgas, inclusive as ambientais, necessárias para a construção, desenvolvimento, operação e manutenção dos Projetos (observado o respectivo estágio de implantação dos Projetos), desde que não sanadas em 30 (trinta) dias de sua ocorrência, ressalvados, ainda, os casos em que a Emissora possua provimento administrativo ou jurisdicional vigente autorizando sua atuação sem as referidas autorizações e licenças, ou se nos casos em que tais autorizações e licenças estejam tempestivamente em processo legal de renovação, observada a legislação aplicável;
2. amortização, resgate ou conversão de ações e/ou quotas de emissão da Emissora, da Acionista e/ou da Finco;
3. constituição, pela Emissora, e/ou pela Acionista, a qualquer tempo, ainda que sob condição suspensiva, de quaisquer garantias reais, ônus em obrigações de terceiros, com exceção de obrigações de quaisquer empresas coligadas, controladadora(s) ou sob controle comum da Emissora, sobre quaisquer ativos, ou, ainda, prestação de garantias fidejussórias, a terceiros, salvo (i) mediante autorização prévia de Debenturistas; e (ii) conforme permitido por esta Escritura de Emissão;
4. abandono total na execução dos Projetos ou de qualquer ativo que seja essencial à implementação ou operação dos Projetos;
5. abandono parcial e/ou paralisação na execução dos Projetos ou de qualquer ativo que seja essencial à implementação ou operação dos Projetos, por prazo superior a 30 (trinta) dias, e que possa causar um Efeito Adverso Relevante, exceto se causado por caso fortuito ou força maior;
6. não cumprimento de decisão condenatória administrativa ou judicial, em razão da prática pela Emissora, pela Finco e/ou pela Acionista, de atos lesivos, ou crimes contra a ordem econômica ou tributária, sistema financeiro, mercado de capitais, ou administração pública, nacional ou estrangeira, previstos na legislação nacional e/ou estrangeira aplicável, em valor individual ou agregado, igual ou superior a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, valores estes a serem devidamente corrigidos anualmente pelo IPCA a partir da Data de Emissão até a data da ocorrência do evento;
7. proferimento de decisão judicial, administrativa ou arbitral, de natureza condenatória, cujos efeitos não tenham sido suspensos ou revertidos no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis contados da referida decisão, contra a Emissora, contra a Finco e/ou contra a Acionista que impeça ou possa vir a causar um Efeito Adverso Relevante (conforme definido abaixo);
8. não registro no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da comarca de cada uma das Partes, nos termos da Cláusula **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, desta Escritura de Emissão, e eventuais aditamentos, em até 30 (trinta) Dias Úteis contados da respectiva data de assinatura.
   * 1. A Emissora obriga-se a, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento de quaisquer dos eventos descritos nos incisos da Cláusula 5.2.1 acima (exceto no que se refere à Emissora com relação ao inciso “e” acima), ou (ii) 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento de quaisquer dos eventos relacionados à Emissora descritos no inciso “e” da Cláusula 5.2.1 acima, comunicar ao Agente Fiduciário para que este tome as providências devidas. O descumprimento desse dever pela Emissora não impedirá o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas de, a seu critério, exercer seus poderes, faculdades e pretensões previstos neste instrumento, inclusive o de declarar o vencimento antecipado.
     2. Uma vez instalada a Assembleia Geral de Debenturistas prevista na Cláusula 5.2.2 acima, será necessário aprovação de, no mínimo, a maioria dos Debenturistas para aprovar a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures. Caso contrário, ou em caso de não instalação em primeira e segunda convocação a referida Assembleia Geral de Debenturistas, ou de não obtenção do quórum de aprovação, o Agente Fiduciário deverá, imediatamente, considerar o vencimento antecipado das Debêntures.
   1. Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar, imediatamente após a ocorrência do vencimento antecipado, notificação à B3 informando sobre o vencimento antecipado das Debêntures. Caso o pagamento referente ao vencimento antecipado aconteça através da B3, a mesma deverá ser comunicada pelo Agente Fiduciário, com, no mínimo, 3 (três) Dias Úteis de antecedência.
9. **CLÁUSULA VI - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA** **EMISSORA**

**6.1. Obrigações da Emissora**

6.1.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a:

1. fornecer ao Agente Fiduciário:
2. dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou 5 (cinco) Dias Úteis após a data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (1) cópia das demonstrações financeiras completas e auditadas da Emissora relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes com registro válido na CVM; (2) relatório específico de apuração do ICSD consolidado, elaborado pela Emissora ou por auditores independentes contratados pela Emissora, acompanhado da memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção do ICSD devidamente apurado pelos auditores independentes contratados pela Emissora, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários; e (3) declaração, assinada pelo(s) diretor(es) da Emissora, na forma do seu estatuto social, atestando: (3.1) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura de Emissão; (3.2) não ocorrência de qualquer hipótese de vencimento antecipado das Debêntures e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas; (3.3) que os bens e ativos da Emissora foram mantidos devidamente assegurados e (3.4) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social da Emissora;
3. em até 45 (quarenta e cinco) dias contados do fechamento de cada trimestre do ano fiscal, suas informações financeiras trimestrais;
4. em até 10 (dez) Dias Úteis contados do recebimento da solicitação, qualquer informação que venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, da Instrução da CVM n.º 583, de 20 de dezembro de 2016, conforme alterada (“Instrução CVM 583”) e demais legislação aplicável, exceto se especificamente previsto outro prazo nesta Escritura de Emissão;
5. em até 3 (três) Dias Úteis após a sua publicação, notificação da convocação de qualquer assembleia geral da Emissora, com a data de sua realização e a ordem do dia que de alguma forma envolvamos interesses dos Debenturistas e, tão logo disponíveis, cópias de todas as atas das assembleias gerais, reuniões de conselho de administração, diretoria e conselho fiscal que forem objeto de publicação; e
6. os dados financeiros e o organograma de seu grupo societário, o qual deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas, e as sociedades integrantes do bloco de controle da Emissora, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social, e prestar todas as informações, que venham a ser solicitadas pelo Agente Fiduciário para a realização do relatório citado no inciso (n) da Cláusula 7.3.1 abaixo, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos contados do recebimento de solicitação nesse sentido.
7. informar ao Agente Fiduciário, em até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de sua ocorrência, sobre qualquer alteração em suas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou em seus negócios, bem como quaisquer eventos ou situações, inclusive ações judiciais ou procedimentos administrativos, que: (i) possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar de forma justificada o cumprimento de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures; ou (ii) façam com que suas demonstrações financeiras ou suas informações financeiras trimestrais não mais reflitam sua real condição financeira;
8. em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da Data de Subscrição, efetuar a integral quitação e liquidação das obrigações da Emissora previstas nas CCBs;

1. manter, sob a sua guarda, por 5 (cinco) anos, ou por prazo maior se solicitado pela CVM, todos os documentos e informações relacionados à Oferta Restrita;
2. atender integralmente as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, quais sejam: (i) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com a regulamentação da CVM; (ii) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM; (iii) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social; (iv) manter os documentos mencionados no item (iii) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos; (v) observar as disposições da Instrução da CVM n.º 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Instrução CVM 358”), no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação; (vi) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando em até 1 (um) Dia Útil ao intermediário líder da Oferta Restrita e o Agente Fiduciário; e (vii) fornecer as informações solicitadas pela CVM;
3. fornecer à B3 as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas no subitem (iii) da alínea (e) acima e atender integralmente as demais obrigações previstas no Comunicado CETIP n.º 28, de 02 de abril de 2009, bem como fornecer à B3 as demais informações solicitadas por tal entidade;
4. efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures para negociação e custódia eletrônica na B3;
5. efetuar o recolhimento de qualquer taxa ou tributo, sob a responsabilidade da Emissora, nos termos da lei, incidente ou que venha a incidir sobre as transações ou atos realizados pela Emissora, bem como da taxa B3 e taxa ANBIMA, caso aplicável;
6. contratar e manter contratados, às suas expensas, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo: (i) Agente de Liquidação e Escrituradora; (ii) Agente Fiduciário; e (iii) os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário da B3;
7. manter atualizados e em ordem seus livros e registros societários;
8. cumprir todas as determinações da CVM e da B3, com o envio de documentos e, ainda, prestando as informações que lhe forem solicitadas;
9. arcar com todos os custos decorrentes (i) da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na B3, (ii) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura de Emissão, seus eventuais aditamentos e a AGE da Emissora, , e (iii) das despesas e remuneração com a contratação de Agente Fiduciário, Agente de Liquidação e Escrituradora;
10. efetuar tempestivamente recolhimento de quaisquer tributos que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
11. obter, manter e conservar em vigor (e, nos casos em que apropriado, renovar de modo tempestivo) todas as autorizações, aprovações, licenças, permissões, alvarás e suas renovações, necessárias à implantação, desenvolvimento, operação e desenvolvimento dos Projetos e ao desempenho das atividades da Emissora que afetem a capacidade da Emissora em honrar tempestivamente as obrigações, pecuniárias ou não desta Escritura de Emissão;
12. enviar ao Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) Dias Úteis após os respectivos registros e averbações: 1 (uma) cópia digitalizada da Escritura de Emissão, e de seus aditamentos, devidamente arquivada na JUCEMG, nos termos da Cláusula 2.4.1 acima, qual poderá ter sua veracidade autenticada no website da JUCEMG e nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes, nos termos da Cláusula 2.6.1 acima;
13. praticar todos os demais atos, firmar todos os documentos e realizar todos os registros adicionais requeridos pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, com o propósito de assegurar e manter a plena validade, eficácia e exequibilidade das Garantias previstas nesta Escritura de Emissão e das Debêntures;
14. convocar, nos termos da Cláusula 8.1 e seguintes desta Escritura de Emissão, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que se relacione com a presente Emissão caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da presente Escritura de Emissão, mas não o faça;
15. manter e conservar em bom estado todos os bens da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, todas as suas propriedades móveis e imóveis, necessários à consecução dos Projetos e seus objetivos sociais;
16. na hipótese da legalidade ou exequibilidade de qualquer das disposições relevantes desta Escritura de Emissão e dos demais instrumentos relacionados no âmbito desta Emissão ser questionada judicialmente por qualquer pessoa, e tal questionamento judicial possa afetar a capacidade da Emissora em cumprir suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, deverá informar tal acontecimento ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da sua ocorrência, sem prejuízo da ocorrência de uma das hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures;
17. caso a Emissora seja citada no âmbito de uma ação que tenha como objetivo a declaração de invalidade ou ineficácia total ou parcial desta Escritura de Emissão, a Emissora obriga-se a tomar todas as medidas necessárias para contestar tal ação no prazo legal;
18. manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
19. não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições legais e regulamentares em vigor;
20. notificar o Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da ocorrência sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora;
21. observar, cumprir e/ou fazer cumprir, por si, e por suas acionistas diretas, controladores diretos, controladas, coligadas e seus administradores, empregados, mandatários, representantes, fornecedores, contratados, subcontratados ou terceiros agindo em seu nome, toda e qualquer lei relativa à prática de atos lesivos ou crimes contra a ordem econômica ou tributária, o sistema financeiro, o mercado de capitais ou a administração pública, nacional ou estrangeira, incluindo, sem limitação, atos ilícitos que possam ensejar responsabilidade administrativa, civil ou criminal, de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, terrorismo ou financiamento ao terrorismo, previstos legislação nacional e/ou estrangeira aplicável, devendo (i)  adotar políticas e procedimentos internos que assegurem integral cumprimento de referidas leis, o que inclui, sem limitação, as Leis n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, n.º 7.492, de 16 de junho de 1986, n.º 8.137, de 27 de dezembro de 1990, n.º 8.429, de 2 de junho de 1992, n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 (ou outras normas de licitações e contratos da administração pública), n.º 9.613, de 3 de março de 1998, n.º 12.529, de 30 de novembro de 2011, n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme alteradas, bem como o Decreto n.º 8.420, de 18 de março de 2015, conforme alterado, e demais normas aplicáveis relacionadas à prática de corrupção e atos lesivos à administração pública e ao patrimônio público nacional, assim como, desde que aplicável, *U.S. Foreign Corrupt Practices Act of 1977* e o *UK Bribery Act – UKBA*(“Leis Anticorrupção”); (ii) dar conhecimento pleno de tais normas a todos os seus profissionais e/ou os demais prestadores de serviços, previamente ao início de sua atuação no âmbito da Oferta Restrita; e (iii) abster-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional ou estrangeira;
22. não oferecer, prometer, dar, autorizar, solicitar ou aceitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, pecuniária ou de qualquer natureza, assim como não praticar atos lesivos, infrações ou crimes contra a ordem econômica ou tributária, o sistema financeiro, o mercado de capitais ou a administração pública, nacional ou estrangeira, de “lavagem” ou ocultação bens, direitos e valores, terrorismo ou financiamento ao terrorismo, previstos na legislação nacional e/ou estrangeira aplicável, e tomar todas as medidas ao seu alcance para impedir administradores, empregados, mandatários, representantes, seus ou de suas controladas, bem como fornecedores, contratados ou subcontratados de fazê-lo;
23. não praticar atos que importem em discriminação de raça ou gênero, trabalho infantil, trabalho escravo, ou que caracterizem assédio moral ou sexual, ou que importem em crime contra o meio ambiente;
24. adotar, durante o período de vigência desta Escritura de Emissão, as medidas e ações necessárias destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho que possam vir a ser causados pela execução dos Projetos;
25. dentro do prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da respectiva solicitação: (i) informar ao Agente Fiduciário sobre impactos socioambientais dos Projetos e às formas de prevenção e contenção desses impactos; e (ii) disponibilizar cópia de estudos, laudos, relatórios, autorizações, licenças, alvarás, outorgas e suas renovações, suspensões, cancelamentos ou revogações relacionadas aos Projetos;
26. ressarcir os Debenturistas e/ou o Agente Fiduciário, independentemente de dolo ou culpa, de qualquer quantia que estes sejam compelidos a pagar em razão de dano ambiental decorrente dos Projetos, bem como a indenizar os Debenturistas e/ou o Agente Fiduciário por qualquer perda ou dano que estes venham a sofrer em decorrência do referido dano ambiental;
27. cuidar para que as operações que venha a praticar no ambiente de negociação operacionalizado pela B3 sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos, perdas e danos, lucros cessantes e/ou emergentes a que o não respeito às referidas normas der causa, desde que não tenham sido gerados por atuação do Agente Fiduciário;
28. comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas sempre que solicitado;
29. não realizar novos investimentos ou assumir novos compromissos de investimentos além dos investimentos necessários para a implementação e operação dos Projetos;
30. não constituir, sem a prévia anuência dos Debenturistas, nenhum penhor, gravame e/ou ônus sobre quaisquer dos ativos e/ou direitos dados em garantia da Emissão;
31. não assumir novas dívidas, conceder preferência a outros créditos, realizar amortização de ações, emitir debêntures ou partes beneficiárias, sem prévia aprovação dos Debenturistas;
32. não conceder qualquer espécie de empréstimo, adiantamento, mútuo, bem como prestar qualquer tipo de aval, garantia ou efetuar qualquer tipo de pagamento a, ou por conta e ordem de, empresas coligadas, controladas ou controladoras sem a prévia e expressa concordância dos Debenturistas;
33. não realizar pagamentos de qualquer natureza às suas acionistas, incluindo qualquer distribuição de dividendos em montante superior ao mínimo legal obrigatório, conforme disposto na Lei nº 6.404/76, e/ou pagamentos de juros sobre capital próprio caso (a) até 01 de outubro de 2021, inclusive, não tenha atingido a geração de energia mínima de 37.232,13 MWh no período de 12 (doze) meses imediatamente posterior à data de apuração dos dividendos ou após 01 de outubro de 2021, exclusive, não tenha ocorrido ainda o pagamento de 12 (doze) parcelas mensais de amortizações e, após o pagamento de 12 (doze) parcelas mensais de amortizações, não seja atingido o ICSD de 1,30 (um inteiro e trinta centésimos) (inclusive), ou (b) exista saldo depositado referente ao preenchimento da Conta Reserva do ICSD;
34. cumprir e fazer com que as demais partes a ela subordinadas, assim entendidas como representantes, funcionários, prepostos, contratados, prestadores de serviços que atuem a mando ou em favor da Emissora, sob qualquer forma, cumpram, durante o prazo de vigência das Debêntures, as obrigações oriundas da legislação e da regulamentação ambiental e trabalhista relativa à saúde e segurança ocupacional aplicável à Emissora, inclusive no que se refere à inexistência de trabalho escravo e infantil (“Legislação Socioambiental”);
35. ressarcir os Debenturistas e/ou o Agente Fiduciário de qualquer quantia que esses sejam compelidos a pagar por conta de dano, trabalhista ou relativo à saúde e segurança ocupacional que, de qualquer forma, a autoridade entenda estar diretamente relacionado aos Projetos, assim como deverá indenizar os Debenturistas e/ou o Agente Fiduciário por qualquer perda ou dano que venha a experimentar em decorrência de dano trabalhista;
36. manter atualizada página na rede mundial de computadores os documentos obrigatórios previstos na Instrução CVM 476; e contratar e manter contratada, às suas expensas, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, uma das seguintes sociedades de auditores independentes para realizar a auditoria de suas demonstrações financeiras: (i) Ernst & Young Auditores Independentes S/S; (ii) PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes; (iii) Deloitte Touche Tomatsu Auditores Independentes; ou (iv) KPMG Auditores Independentes.

**6.2. Obrigações da Acionista e da Finco**

6.3.1.Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, enquanto as Obrigações Garantidas não forem integralmente pagas, a Acionista e a Finco obrigam-se, conforme aplicável, ainda, a:

1. aportar, até a conclusão dos Projetos, recursos na Emissora, se necessário, para que esta possa garantir o preenchimento do saldo mínimo das contas previstas no Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis;
2. não oferecer, prometer, dar, autorizar, solicitar ou aceitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, pecuniária ou de qualquer natureza, assim como não praticar atos lesivos, infrações ou crimes contra o ordem econômica ou tributária, o sistema financeiro, o mercado de capitais ou a administração pública, nacional ou estrangeira, de “lavagem” ou ocultação bens, direitos e valores, terrorismo ou financiamento ao terrorismo, previstos na legislação nacional e/ou estrangeira aplicável, e tomar todas as medidas ao seu alcance para impedir administradores, empregados, mandatários, representantes, seus ou de suas controladas, bem como fornecedores, contratados ou subcontratados relacionados aos Projetos, de fazê-lo; e
3. não constituir, sem a prévia anuência dos Debenturistas, nenhum penhor, gravame e/ou ônus sobre quaisquer das ações ou quotas de emissão da Acionista e da Finco.
4. **CLÁUSULA VII - AGENTE FIDUCIÁRIO**

**7.1. Nomeação**

7.1.1. A Emissora neste ato constitui e nomeia a Oliveira Trust DTVM S.A., qualificada no preâmbulo desta Escritura de Emissão, como Agente Fiduciário da Emissão, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas perante a Emissora, a Finco e a Acionista.

**7.2. Substituição**

7.2.1. Nas hipóteses de impedimento, renúncia, intervenção, ou liquidação extrajudicial, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias do evento que a determinar, deverá ser realizada Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuá-la. A CVM poderá, em casos excepcionais, nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário ou proceder à convocação da Assembleia Geral de Debenturistas para escolha do novo agente fiduciário.

7.2.2. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, inclusive no caso da alínea (c) da Cláusula 7.3.1 abaixo, o Agente Fiduciário deverá comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, mediante, convocação de Assembleia Geral de Debenturistas, solicitando sua substituição.

7.2.3. É facultado aos Debenturistas, após encerramento do prazo para distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em condições de mercado, escolhido pela Emissora a partir de lista tríplice apresentada pelos Debenturistas.

7.2.4. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura de Emissão, que deverá ser arquivado na JUCEMG e nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos localizados nas localidades descritas na Cláusula 2.6.1 acima desta Escritura de Emissão. A substituição do Agente Fiduciário deve ser comunicada à CVM, no prazo de até 7 (sete) Dias Úteis, contados do arquivamento e registro do aditamento da presente Escritura de Emissão.

7.2.5. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, no caso de agente fiduciário substituto, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição ou até o cumprimento de todas as suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e da legislação em vigor.

7.2.6. O Agente Fiduciário, se substituído nos termos desta Cláusula 7.2, sem qualquer custo adicional para a Emissora ou para os Debenturistas, deverá colocar à disposição da instituição que vier a substituí-lo, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis antes de sua efetiva substituição, cópia digitalizada de todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre a Emissão e sobre a Emissora que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pelo Agente Fiduciário ou por qualquer de seus agentes envolvidos, direta ou indiretamente, com a Emissão ou que quaisquer das pessoas acima referidas tenham tido acesso por força da execução de suas funções, independentemente do meio em que as mesmas estejam armazenadas ou disponíveis, de forma que a instituição substituta cumpra, sem solução de continuidade, os deveres e as obrigações do Agente Fiduciário substituído, nos termos desta Escritura de Emissão.

7.2.7. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos nas normas e preceitos aplicáveis da CVM.

**7.3. Deveres**

7.3.1. Além de outros previstos em lei ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

1. exercer suas atividades com boa-fé, transparência e lealdade perante os Debenturistas;
2. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
3. renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão e realizar imediata convocação da Assembleia Geral de Debenturistas prevista no art. 7º da Instrução CVM 583;
4. conservar em boa guarda toda a documentação relativa relacionados ao exercício de suas funções;
5. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
6. diligenciar junto à Emissora para que a Escritura de Emissão, e seus respectivos aditamentos, sejam registrados nos órgãos competentes, adotando, no caso de omissão da Emissora, as medidas eventualmente previstas em lei;
7. informar os Debenturistas sobre a ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures previstas na Cláusula V acima desta Escritura de Emissão, de que tenha ciência;
8. acompanhar a prestação das informações periódicas, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
9. opinar sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
10. verificar a regularidade da constituição das Fianças, **Erro! Fonte de referência não encontrada.** observando, ainda, a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, de acordo com documentos e informações recebidas da Emissora;
11. examinar proposta de substituição dos bens dados em garantia, manifestando sua opinião a respeito do assunto, de forma justificada;
12. intimar a Emissora e os Fiadores a reforçar as Garantias, na hipótese de sua deterioração ou depreciação;
13. solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções ou se assim solicitado pelos Debenturistas, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública da localidade, onde se situem os bens dados em garantia ou o domicílio ou localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora e dos Fiadores, conforme o caso;
14. elaborar o relatório anual destinado ao Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo primeiro, alínea “b” da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as informações previstas no Anexo 15 da Instrução CVM 583;
15. colocar o relatório de que trata a alínea (n) acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, na sede da Emissora, no seu escritório, na CVM, na B3, no endereço da instituição financeira que atuou como Coordenador Líder;
16. fiscalizar o cumprimento das cláusulas e itens constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daqueles que impõem obrigações de fazer e de não fazer à Emissora;
17. solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
18. convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, conforme Cláusula 8.2 abaixo;
19. comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
20. manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, à Agente de Liquidação e Escrituradora, à B3, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os Debenturistas mediante subscrição e integralização das Debêntures expressamente autorizam, desde já, à Agente de Liquidação e Escrituradora, a B3 a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures e dos Debenturistas;
21. notificar os Debenturistas qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações financeiras assumidas na presente Escritura, incluindo as obrigações relativas às Garantias e às cláusulas contratuais destinadas a proteger o interesse dos Debenturistas e que estabelecem condições que não devem ser descumpridas pela Emissora, indicando as consequências para os Debenturistas e as providências que pretende tomar a respeito do assunto, no prazo máximo de 7 (sete) Dias Úteis da data em que tomar ciência;
22. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões, falsidades, incorreções ou inexatidões constantes de tais informações;
23. disponibilizar aos Debenturistas, em até 5 (cinco) Dias Úteis de seu recebimento, qualquer informação relacionada com a Emissão que venha a ser por ele solicitada e/ou recebida;
24. comunicar aos Debenturistas, no prazo de 3 (três) Dias Úteis de seu recebimento, a conclusão de cada Projeto;
25. acompanhar o resgate das Debêntures nos casos previstos nesta Escritura de Emissão;
26. disponibilizar o Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, e os Juros Remuneratórios, calculados pela Emissora, aos Debenturistas e aos demais participantes do mercado, através de sua central de atendimento ou de sua página na rede mundial de computadores (www.oliveiratrust.com.br);
27. assegurar, nos termos do parágrafo 1° do artigo 6º da Instrução da CVM 583, tratamento equitativo aos Debenturistas e a todos os titulares de valores mobiliários de emissão da Emissora; e
28. tomar todas as providências necessárias para exercício dos direitos e obrigações atribuídas no âmbito desta Escritura de Emissão.

**7.4. Atribuições Específicas**

7.4.1. Observadas as disposições desta Escritura de Emissão e qualquer medida prevista em Lei, o Agente Fiduciário deverá usar de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais para proteger direitos ou defender os interesses dos titulares dos valores mobiliários.

7.4.2. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, somente serão válidos quando previamente deliberados pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula VIII abaixo, exceto nas hipóteses previstas na Cláusula 5.2 acima, devendo o Agente Fiduciário atuar estritamente da forma lá prevista.

7.4.3. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. O Agente Fiduciário não será, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, a qual permanecerá sob obrigação legal e regulamentar da Emissora, nos termos da legislação aplicável.

7.4.4. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que forem deliberadas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução da CVM 583, e alterações posteriores, dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando o Agente Fiduciário isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável e da presente Escritura de Emissão.

**7.5. Remuneração do Agente Fiduciário**

7.5.1. Será devido, ao Agente Fiduciário, honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura de Emissão, correspondentes a parcelas anuais de R$38.000,00 (trinta e oito mil reais), devida no 5º (quinto) Dia Útil após a data da assinatura da Escritura de Emissão, e as demais parcelas na mesma data dos anos subsequentes, até a liquidação integral das Debêntures, caso estas não sejam quitadas na data de seu vencimento.

7.5.2 No caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures ou de reestruturação das condições das Debêntures após a emissão ou da participação em reuniões ou conferências telefônicas, antes ou depois da Emissão, bem como atendimento à solicitações extraordinárias, serão devidas ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais fatos, bem como à (i) comentários aos documentos da Emissão durante a estruturação da mesma, caso a operação não venha a se efetivar; (ii) execução das garantia, conforme o caso; (iii) participação em reuniões formais ou virtuais com a Emissora e/ou com investidores; e (iv) implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora. Entende-se por reestruturação das Debêntures os eventos relacionados a alteração (i) das Garantias, conforme o caso; (ii) prazos de pagamento e (iii) condições relacionadas ao vencimento antecipado das Debêntures. Os eventos relacionados à amortização das Debêntures não são considerados reestruturação das Debêntures.

7.5.3. No caso de celebração de aditamentos à Escritura de Emissão, bem como nas horas externas ao escritório do Agente Fiduciário, serão cobradas, adicionalmente, o valor de R$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais alterações/serviços.

7.5.4. Os impostos incidentes sobre a remuneração serão acrescidos às parcelas mencionadas acima nas datas de pagamento. Além disso, todos os valores mencionados acima serão atualizados pela variação positiva do IGP-M, sempre na menor periodicidade permitida em lei, a partir da data de assinatura da Escritura de Emissão.

7.5.5. Os serviços do Agente Fiduciário aqui previstos são aqueles descritos na Instrução CVM nº 583 e Lei 6.404/76.

7.5.6. Em atendimento ao Ofício-Circular CVM/SRE Nº 02/19, o Agente Fiduciário poderá, às expensas da Emissora, contratar terceiro especializado para avaliar ou reavaliar, o valor das Garantias prestadas, conforme o caso, bem como solicitar informações e comprovações que entender necessárias, na forma prevista no referido Ofício.

7.5.7. Não haverá devolução de valores já recebidos pelo Agente Fiduciário a título da prestação de serviços, exceto se o valor tiver sido pago incorretamente.

7.5.8. Eventuais obrigações adicionais atribuídas ao Agente Fiduciário ou alterações nas características ordinárias da operação, facultarão ao Agente Fiduciário a revisão dos honorários ora propostos, incluindo o direito de retirada.

7.5.9. Em caso de mora no pagamento da remuneração devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos (a) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; (b) multa moratória, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento); e (c) atualização monetária pelo IGPM, calculada *pro rata die* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento.

7.5.10. A remuneração prevista nos itens anteriores será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplementos não sanados pela Emissora.

**7.6. Despesas**

7.6.1. A remuneração do Agente Fiduciário não inclui as despesas com viagens, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício de sua função, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas com especialistas, tais como auditoria nas Garantias concedidas e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento das Debêntures. As eventuais despesas, depósitos, custas judiciais, sucumbências, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da operação, serão igualmente suportadas pelos investidores. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos investidores e ressarcidas pela Emissora.

7.6.2. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos investidores deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos investidores, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciárias de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos investidores. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos investidores, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias corridos.

7.6.3. O ressarcimento a que se refere as Cláusulas 7.6.1 e 7.6.2 acima será efetuado em até 15 (quinze) dias corridos contados da entrega à Emissora de cópias dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas e necessárias à proteção dos direitos dos Debenturistas, conforme expressamente disposto nas Cláusulas acima.

**7.7. Declarações do Agente Fiduciário**

7.7.1. O Agente Fiduciário declara:

1. não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, para exercer a função que lhe é conferida, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações;
2. não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 6º da Instrução CVM 583;
3. aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
4. aceitar integralmente esta Escritura de Emissão e todas as suas Cláusulas e condições;
5. não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
6. estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações previstas neste instrumento, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
7. estar devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
8. que esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
9. que a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações nela previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
10. que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento;
11. que a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura de Emissão tem poderes bastantes para tanto; e
12. que, com base no organograma disponibilizado pela Emissora, para os fins do disposto no inciso XI, artigo 1º da Instrução CVM 583, não atua na presente data como agente fiduciário em emissões de valores mobiliários da Emissora, ou de sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora.
13. **CLÁUSULA VIII - ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS**

**8.1. Disposições Gerais**

8.1.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia(s) geral(is), de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberar sobre matérias de interesse da comunhão dos Debenturistas (“Assembleia Geral de Debenturistas”). As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas de forma presencial e, caso venha a ser regulamentado pela CVM, poderão ser alternativamente realizadas por conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro meio de comunicação.

**8.2. Convocação**

8.2.1. As Assembleias Gerais de Debenturistas podem ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, pela CVM ou por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação.

8.2.2. A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos, 3 (três) vezes, nos Jornais de Publicação, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

8.2.3. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.

8.2.4. As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas, em primeira convocação, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias contados da data da primeira publicação da convocação, ou, não se realizando a Assembleia Geral de Debenturistas, em primeira convocação, em segunda convocação, em, no mínimo, 8 (oito) dias contados da data da publicação do novo anúncio de convocação.

8.2.5. As deliberações tomadas por Debenturistas no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os Debenturistas, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido na referida Assembleia Geral de Debenturistas.

8.2.6. Independentemente das formalidades previstas na legislação aplicável e nesta Escritura para convocação, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

**8.3. Quórum de Instalação**

8.3.1. Nos termos do artigo 71, parágrafo terceiro, da Lei das Sociedades por Ações, as Assembleias Gerais de Debenturistas se instalarão, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a maioria, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer quórum de Debêntures em Circulação.

8.3.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quóruns de instalação ou deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas previstos nesta Escritura de Emissão, (“Debêntures em Circulação”) significam todas as Debêntures subscritas e integralizadas e não resgatadas, excluídas as Debêntures (a) mantidas em tesouraria pela Emissora; ou (b) de titularidade de: (i) sociedades controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), (ii) controladoras (diretas ou indiretas) da Emissora ou sociedades sob controle comum, e (iii) administradores ou conselheiros da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas, incluindo seus cônjuges, companheiros ou parentes até o 2º (segundo) grau.

**8.4. Quórum de Deliberação**

8.4.1. Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 8.4.2., ou pelos demais quóruns expressamente previstos em outras cláusulas desta Escritura de Emissão, qualquer matéria a ser deliberada pelos Debenturistas deverá ser aprovada, em primeira convocação, por Debenturistas que detenham, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, por 2/3 (dois terços) das Debêntures dos presentes.

8.4.2. Mediante proposta da Emissora, a Assembleia Geral de Debenturistas poderá, por deliberação favorável de Debenturistas que detenham, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, aprovar, seja em primeira ou segunda convocação, qualquer modificação relativa às características das Debêntures que implique em: (i) alteração (a) dos Juros Remuneratórios, (b) das Datas de Pagamento dos Juros Remuneratórios ou de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão, (c) da Data de Vencimento das Debêntures e da vigência das Debêntures, (d) dos valores, montantes e Datas de Amortização das Debêntures, (e) da redação de quaisquer dos eventos de vencimento antecipado, inclusive sua exclusão; (f) dos quóruns de deliberação previstos nesta Escritura de Emissão, (g) das disposições desta Cláusula, (h) das disposições relativas ao Resgate Antecipado Facultativo, e (i) da espécie das Debêntures; (ii) redução e/ou deterioração das Garantias; e (iii) criação de evento de repactuação.

8.4.2.1. Caso a Emissora, por qualquer motivo, solicite aos Debenturistas, antes da sua ocorrência, a concessão de renúncia prévia ou perdão temporário (*waiver*) às hipóteses de vencimento antecipado descritas na Cláusula V acima, tal solicitação poderá ser aprovada por Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, salvo se previsto quórum mais elevado na hipótese de vencimento antecipado das Debêntures em discussão, caso em que este deverá ser observado.

8.4.3. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas, a não ser quando ela seja solicitada pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário nos termos desta Escritura de Emissão, hipótese em que será obrigatória.

8.4.4. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas para prestar a quaisquer dos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

**8.5. Mesa Diretora**

8.5.1. A presidência e secretaria das Assembleias Gerais de Debenturistas caberão aos representantes dos Debenturistas eleitos por Debenturistas presentes ou àqueles que forem designados pela CVM.

1. **CLÁUSULA IX - DECLARAÇÕES** **E GARANTIAS DA EMISSORA****,** **DA FINCO E DA ACIONISTA**

**9.1.** A Emissora, a Finco e a Acionista declaram e garantem, individualmente, conforme aplicável, que:

1. é sociedade por ações ou sociedade limitada, conforme o caso, devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia fechada, de acordo com as leis da República Federativa do Brasil;
2. está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e o Contrato de Distribuição e a cumprir todas as obrigações nestes previstas, tendo, então, sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
3. nesta data os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;
4. a celebração desta Escritura de Emissão e do Contrato de Distribuição e o cumprimento das obrigações previstas em tais instrumentos, bem como a constituição das Fianças não infringem, nesta data, nenhuma disposição legal, contrato ou instrumento do qual seja parte, nem resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos, ou (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, da Finco ou da Acionista além daqueles previstos na Escritura de Emissão;
5. as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 784 do Código de Processo Civil Brasileiro;
6. até a presente data, não há notificação pendentes recebidas pela Emissora, pela Finco ou pela Acionista acerca da revogação de qualquer das autorizações e licenças exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades ou da existência de processo administrativo pendente que tenha por objeto a revogação, suspensão ou cancelamento de qualquer delas, exceto para as quais a Emissora, a Finco ou a Acionista possua provimento jurisdicional vigente autorizando sua atuação sem as referidas licenças ou se nos casos em que tais licenças estejam tempestivamente em processo legal de renovação;
7. não omitiu nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em (i) qualquer efeito adverso relevante na situação (financeira, operacional, reputacional ou de outra natureza), nos negócios, nos bens e/ou nos resultados operacionais da Emissora, da Finco e da Acionista quando considerada como um todo; e/ou (ii) qualquer efeito adverso na capacidade da Emissora, da Finco e da Acionista de cumprir qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão (“Efeito Adverso Relevante”);
8. as demonstrações financeiras da Emissora, da Finco e da Acionista datadas de 31 de dezembro de 2018 representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora, da Finco e da Acionista nas datas respectivas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil aplicados de forma consistente com as práticas passadas de cada uma das sociedades e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora, da Finco e da Acionista em todos os aspectos materiais. Desde a data das demonstrações financeiras relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2018 e até a presente data (i) não houve nenhum Efeito Adverso Relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, (ii) não houve qualquer operação envolvendo a Emissora, a Finco e a Acionista, fora do curso normal de seus negócios que tenham causado um Efeito Adverso Relevante para a Emissora, para a Finco e para a Acionista, (iii) não houve declaração ou pagamento pela Emissora, pela Finco e pela Acionista de dividendos, e (iv) não houve qualquer alteração no capital social ou aumento do endividamento da Emissora, da Finco e ou da Acionista que tenha causado um Efeito Adverso Relevante, bem como a Emissora, a Finco ou a Acionista não contratou novas dívidas que tenha causado um Efeito Adverso Relevante;
9. nesta data, não têm conhecimento de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou investigação pendente ou iminente, inclusive de natureza socioambiental, envolvendo ou que possa afetar a Emissora, a Finco e a Acionista perante qualquer tribunal, órgão governamental ou árbitro referentes aos Projetos em relação aos quais tenha sido formalmente cientificada;
10. a Emissora, a Finco e a Acionista não têm qualquer ligação com o Agente Fiduciário ou conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
11. (i) não utiliza, direta ou indiretamente, trabalho em condições análogas às de escravo ou trabalho infantil; (ii) os trabalhadores são devidamente registrados nos termos da legislação em vigor; (iii) cumpre em seus aspectos materiais as obrigações decorrentes dos respectivos contratos de trabalho e da legislação trabalhista e previdenciária em vigor; e (iv) cumpre em seus aspectos materiais a legislação aplicável à proteção do meio ambiente, bem como à saúde e segurança do trabalho;
12. conhecem e observam as Leis Anticorrupção e mantêm políticas e procedimentos internos que assegurem integral cumprimento de referidas leis;
13. nesta data, nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento de suas obrigações nos termos da presente Escritura de Emissão ou das Debêntures, ou para a realização da Emissão exceto (i) pelo registro das Debêntures junto aos sistemas de distribuição, negociação e custódia eletrônica da B3, os quais estarão em pleno vigor e efeito na data de liquidação, e (ii) pela inscrição desta Escritura de Emissão e de seus aditamentos perante a JUCEMG e seu registro nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes;
14. as informações prestadas até o encerramento da Oferta Restrita com a divulgação no site da CVM do Formulário Final são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes para que os investidores interessados em subscrever ou adquirir as Debêntures tenham conhecimento da Emissora, da Finco e da Acionista, suas respectivas atividades e situações financeiras, das responsabilidades da Emissora, da Finco e da Acionista, além dos riscos a suas atividades e quaisquer outras informações relevantes à tomada de decisões de investimento dos investidores interessados em adquirir as Debêntures, na extensão exigida pela legislação aplicável;
15. os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são materialmente corretos e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora;
16. não há notificações e/ou atuações pendentes dos órgãos do meio ambiente relativas ao descumprimento de condicionantes ambientais constantes das licenças ambientais dos Projetos ou acerca da irregularidade das obrigações junto aos referidos órgãos;
17. a Emissora, a Finco e a Acionista são superficiários dos bens imóveis utilizados e demais direitos e ativos por elas detidos;
18. mantêm os seus bens e de suas controladas adequadamente segurados, conforme razoavelmente esperado e de acordo com as práticas correntes de mercado;
19. tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração do ICSD e Taxa DI, divulgada pela ANBIMA, e que a forma de cálculo de remuneração das Debêntures foi determinada por sua livre vontade, em observância ao princípio da boa-fé;
20. inexiste descumprimento de qualquer disposição contratual, legal ou de qualquer ordem judicial, administrativa ou arbitral, em qualquer dos casos, visando a anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar qualquer das obrigações decorrentes das Debêntures;
21. na data da assinatura desta Escritura de Emissão, está cumprindo as leis, regulamentos e políticas anticorrupção a que está submetida, bem como as determinações e regras emanadas por qualquer órgão ou entidade governamental a que esteja sujeita, que tenham por finalidade o combate ou a mitigação dos riscos relacionados a práticas de atos lesivos ou crimes contra a ordem econômica ou tributária, o sistema financeiro, o mercado de capitais ou a administração pública, nacional ou estrangeira, de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, terrorismo ou financiamento ao terrorismo, previstos na legislação nacional e/ou estrangeira aplicável;
22. até a presente data, preparou e entregou todas as declarações de tributos, relatórios e outras informações que, de acordo com o seu conhecimento devem ser apresentadas, ou recebeu dilação dos prazos para apresentação destas declarações, sendo certo que todas as taxas, impostos e demais tributos e encargos governamentais devidos de qualquer forma por si, ou por suas controladas, ou, ainda, impostas a si ou a quaisquer de seus bens, direitos, propriedades ou ativos, ou relativo aos seus negócios, resultados e lucros foram integralmente pagos quando devidos, exceto em relação àquelas matérias que estejam sendo, de boa-fé, discutidas judicial ou administrativamente pela Emissora, pela Finco ou pela Acionista, ou não afetam o andamento dos Projetos ou a sua operação e não possam causar um Efeito Adverso Relevante;
23. tem plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, a Emissora não poderá realizar outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data da comunicação à CVM do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM; e
24. os contratos dos Projetos foram devidamente firmados, constituindo obrigações válidas, eficazes, exequíveis e vinculantes de suas respectivas partes contratantes, de acordo com os prazos contratuais previstos.

**9.2.** Ficam os declarantes responsáveis por eventuais prejuízos que decorram da inveracidade ou inexatidão destas declarações, sem prejuízo do direito do Agente Fiduciário de declarar vencidas antecipadamente todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão, nos termos da Cláusula V acima.

1. **CLÁUSULA X - DISPOSIÇÕES GERAIS**

**10.1. Comunicações**

10.1.1. Quaisquer notificações, instruções ou comunicações a serem realizadas por qualquer das Partes em virtude desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Emissora, a Acionista, a Finco:

Av. Queiroz Filho, 1.700, 4º andar, Sala 408 - Villa Lobos Office Park – Torre Sky Vila Hamburguesa, São Paulo/SP  
Brasil  
CEP. 05319-000  
At.: Surya Guedes Mendonça / Rogério Marchini Santos  
Tel.: 55 (19) 3517-7400  
E-mail: [surya.mendonca@origoenergia.com.br](mailto:surya.mendonca@origoenergia.com.br) / [rogerio.santos@origoenergia.com.br](mailto:rogerio.santos@origoenergia.com.br)

Para o Agente Fiduciário:

**OLIVEIRA TRUST DTVM S.A.**

Avenida das Américas, n.º 3434, bloco 7, sala 201

CEP 22640-102, Rio de Janeiro, RJ

At.: Antonio Amaro // Maria Carolina Abrantes Lodi de Oliveira  
Tel.: 21 3514-0000  
E-mail: [antonio.amaro@oliveiratrust.com.br](mailto:antonio.amaro@oliveiratrust.com.br) // [ger2.agente@oliveiratrust.com.br](mailto:ger2.agente@oliveiratrust.com.br)

Para a Agente de Liquidação e Escrituradora:

**OLIVEIRA TRUST DTVM S.A.** Avenida das Américas, n.º 3434, bloco 7, sala 201  
CEP 22640-102, Rio de Janeiro, RJ  
At.: Alexandre Lodi // João Bezerra  
Tel.: 21 3514-0000  
E-mail: [alexandre.lodi@oliveiratrust.com.br](mailto:alexandre.lodi@oliveiratrust.com.br) // sqescrituracao@oliveiratrust.com.br

Para a B3:

**B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO – SEGMENTO CETIP UTVM**

Praça Antônio Prado, nº 48, 2º andar

CEP 01010-901, São Paulo, SP

At.: Superintendência de Oferta de Títulos Corpoartivos e Fundos - SCF

Tel.: (11) 2565-5061

E-mail: valores.mobiliarios@b3.com.br

10.1.2. As notificações, instruções e comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios, ou por telegrama nos endereços acima e, se enviada por correio eletrônico, na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de recibo emitido pelo remetente. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.

10.1.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser imediatamente comunicada às demais Partes pela Parte que tiver seu endereço alterado.

**10.2. Renúncia**

10.2.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes desta Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

**10.3. Independência das Disposições da Escritura de Emissão**

10.3.1. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

**10.4. Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica**

10.4.1. Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais, nos termos dos incisos I e II do artigo 784 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão e com relação às Debêntures estão sujeitas à execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 814 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão.

**10.5. Cômputo do Prazo**

10.5.1. Exceto se de outra forma especificamente disposto nesta Escritura de Emissão, os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 da Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

**10.6. Despesas**

10.6.1. A Emissora arcará com todos os custos da Emissão, inclusive: (a) decorrentes da colocação pública das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na B3; e (b) de registro e de publicação de todos os atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura de Emissão, a Fiança e a AGE da Emissora.

**10.7. Lei Aplicável**

10.7.1. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

**10.8. Foro**

10.8.1. Fica eleito o foro central da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura de Emissão, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.